



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Graduação em Biblioteconomia

**COMO ATUALIZAR TESAUROS: UM ESTUDO COM BASE
NA TEORIA E NA PRÁTICA**

CAMILA FORTES LOBATO BOUÉRES

Brasília

2011



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Graduação em Biblioteconomia

**COMO ATUALIZAR TESAUROS: UM ESTUDO COM BASE
NA TEORIA E NA PRÁTICA**

CAMILA FORTES LOBATO BOUÉRES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Professora orientadora: Marisa Bräscher Basílio Medeiros

Brasília
2011

Bouéres, Camila Fortes Lobato

Como atualizar tesouros: um estudo com base na teoria e na prática / Camila Fortes Lobato Bouéres. – Brasília: FCI/UnB, 2010.

80 f.

Monografia apresentada a Faculdade Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Marisa Bräscher Basílio Medeiros

Banca examinadora: Ilza Leite de Azevedo Santos Lopes

Maria de Fátima Pereira Jaegger

Bibliografia.

1. Tesouro 2. Linguagens documentárias 3. Atualização. I.

Título

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, irmãos e namorado por terem acompanhado todo o meu processo de desenvolvimento me dando forças a cada dia e por comemorarem junto a mim cada conquista.

À minha tia Zita por todo o esforço e dedicação para conseguir o melhor para mim desde o início de meus estudos.

Ao professor Jayme Leiro, que me deu vários conselhos durante a faculdade.

À professora Marisa Bräscher que com a sua vontade de ensinar despertou em mim grande interesse pela área de linguagens documentárias.

À bibliotecária Fátima Jaegger, minha supervisora no estágio, por possibilitar que eu colocasse em prática o aprendizado obtido na disciplina Linguagens documentárias, além de outras experiências muito válidas.

Agradeço, acima de tudo, a Deus por ter me permitido chegar até aqui e por ter colocado tantas pessoas maravilhosas em meu caminho.

Resumo

A carência de fontes com informações detalhadas sobre a manutenção de tesouros dificulta o trabalho de profissionais que desenvolvem esse tipo de instrumento, uma vez que não dispõem de parâmetros para iniciar esta atividade. Este trabalho reúne normas e manuais de construção de tesouros, por meio da revisão de literatura e busca sistematizar informações sobre a manutenção de tesouros, atividade que deve ser feita constantemente. Com o estudo de caso feito na Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) foi possível analisar, na prática, as metodologias adotadas para a atualização do Vocabulário Controlado Básico (VCB), linguagem documentária criada para essa Rede. A pesquisa consistiu em comparar e complementar as informações teóricas com as práticas de modo a descrever algumas etapas necessárias para a atualização e manutenção de tesouros. Como resultados, espera-se fornecer subsídios e orientações aos responsáveis por essa tarefa em equipes de elaboração de tesouros.

Palavras-chave: linguagem documentária, tesouros, metodologias de manutenção, atualização.

Abstract

The lack of sources with detailed information about the maintenance of thesauri complicates the job of professionals who develop this type of instrument, since no parameters have to start this activity. This work meets standards and manuals for the construction of thesauri, through literature review and searches for information on the maintenance of thesauri, an activity that must be done constantly. With the case study in Network Virtual Library - National Congress (RVBI) parse, in practice, the methodologies adopted for updating the Basic Controlled Vocabulary (VCB), documentary language created for this network. The research was to compare and supplement the theoretical information with practices in order to describe some steps needed for upgrading and maintenance of thesauri. As a result, it is expected to provide support and guidance to those responsible for that task teams in preparation of thesauri.

Keywords: documentary language, thesauri, methods of maintenance, updating.

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Recomendações dos autores sobre manutenção de tesouros.....32

QUADRO 2 – Recomendações dos autores divididas em etapas.....52

Lista de Ilustrações

FIGURA 1 – Porcentagem de descritores por área do conhecimento.....37

FIGURA 2 – Demonstração dos campos de classificação, sub-base e frequência do termo...40

FIGURA 3 – Relação do nº de participantes do grupo de estudos.....44

FIGURA 4 – Ficha terminológica padrão.....47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	10
1.3 OBJETIVO GERAL	11
1.4 JUSTIFICATIVAS	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 INDEXAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	13
2.2 VOCABULÁRIO CONTROLADO	15
2.2.1 <i>Esquemas de classificação bibliográfica</i>	15
2.2.2 <i>Lista de cabeçalhos de assunto</i>	16
2.2.3 <i>Anéis de sinônimos</i>	16
2.2.4 <i>Taxonomia</i>	17
2.2.5 <i>Tesauros</i>	17
2.3 ETAPAS DE CRIAÇÃO DE UM TESAURO	19
2.3.1 <i>Estabelecimento de políticas</i>	19
2.3.2 <i>Coleta dos termos</i>	21
2.3.3 <i>Estruturação do tesauro</i>	24
2.3.4 <i>Apresentação do tesauro</i>	28
2.4 MANUTENÇÃO DE TESAUROS.....	30
3 METODOLOGIA	33
4 RESULTADOS	35
4.1 RECOMENDAÇÕES DA LITERATURA	35
4.2 O ESTUDO DE CASO	38
4.2.1 <i>A Rede RVBI e o Vocabulário Controlado Básico (VCB)</i>	38
4.2.2 <i>Metodologias de manutenção/atualização</i>	42
4.2.3 <i>As reuniões</i>	47
4.2.4 <i>Termos órfãos</i>	50
4.2.5 <i>Termos sugeridos</i>	53
4.2.6 <i>Software de gerenciamento do tesauro</i>	54
4.2.7 <i>Consolidação dos resultados</i>	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	63
ANEXO A – MAPA DE DIVISÃO DAS ÁREAS NÚCLEOS E PERIFÉRICAS	63
ANEXO B – MODELO DE PAUTA E ATA DE REUNIÃO	64
ANEXO C – FICHA TERMINOLÓGICA PREENCHIDA	67
ANEXO D – BIBLIOGRAFIA DE TESAUROS	71

1 Introdução

1.1 Contextualização

A nova era chamada sociedade da informação trouxe consigo um crescimento exponencial na quantidade de informações disponíveis. Por um lado, o fato de a informação estar acessível em vários meios, sendo atualizada a todo o momento, favorece a obtenção de conhecimentos. Porém, nem sempre estas informações estão organizadas de modo a facilitar sua recuperação. Preocupadas com esse fato, algumas áreas tendem a desenvolver mecanismos que tornam a recuperação da informação mais eficaz.

O vocabulário controlado é utilizado para melhorar a eficácia dos sistemas de armazenamento e recuperação da informação, das pesquisas na Web e de outros ambientes que buscam identificar e localizar os conteúdos desejados por meio de descrições de conteúdo padronizadas. Esse tipo de instrumento tem como principal objetivo a consistência na descrição do conteúdo para facilitar a recuperação (ANSI/NISO Z39.19 - 2005). Trata-se de um instrumento que precisa ter sua estrutura bem definida, padronizada, com algumas características básicas como a definição de conceitos, a criação de relacionamentos e o tratamento das palavras de modo a evitar ambigüidade. O tesouro é um dos tipos de vocabulário controlado e, com o objetivo de padronizar e facilitar o entendimento dos métodos de construção desses instrumentos, foram publicados, nacional e internacionalmente, manuais e normas de diretrizes e convenções das etapas de construção de um tesouro.

Comparando os vários manuais existentes é perceptível que há poucas divergências entre eles com relação às etapas a serem seguidas. Apesar de serem extensas e minuciosamente detalhadas, as etapas de criação encontram-se descritas de forma clara, o que facilita o trabalho. Entretanto, na maioria deles, a atenção dada à seção de manutenção e atualização de tesouros é superficial. Apenas a norma ISO Z39.19 (2005) trata esse tópico com maiores detalhamentos.

A atualização de um tesouro tem grande importância visto que a obtenção de uma boa recuperação está estreitamente ligada com a evolução dos tesouros de acordo com o avanço da linguagem, os interesses dos usuários e a linguagem identificada no acervo.

Muitas instituições iniciam seu vocabulário a partir de outros já existentes, o que exige, desde o início, conhecimento prático da fase de atualização dos tesouros. O desenvolvimento de um documento com conhecimentos práticos dessa atividade provavelmente traria contribuições para a área. Busca-se neste trabalho mostrar como é realizada essa tarefa no VCB (Vocabulário Controlado Básico), a linguagem documentária utilizada na Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI, a fim de colher subsídios para auxiliar na manutenção de outros tesouros.

Este vocabulário foi escolhido por ser um instrumento utilizado por uma rede de bibliotecas dos principais órgãos brasileiros, o que o torna bastante conhecido. Outro motivo foi o fato da autora deste trabalho estar estagiando na Gerência da RVBI, setor responsável por coordenar os estudos e reuniões do Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI.

1.2 Definição do problema

Apesar da existência de várias obras sobre a construção de vocabulários controlados, muitas instituições ainda têm dificuldade em executar a manutenção de tesouros. Essa dificuldade se dá principalmente devido à ausência de material com ênfase nessa atividade. Instituições que iniciam seu vocabulário a partir de outros necessitam desde o início, de um conhecimento prático da atualização dos tesouros. No entanto, as orientações que constam na literatura sobre como dar prosseguimento às atividades de manutenção são ainda superficiais.

1.3 Objetivo geral

Propor, com base em estudos práticos e teóricos, um conjunto de etapas necessárias à manutenção de tesouros, a fim de contribuir com profissionais ou estudantes que têm a intenção de criar e desenvolver um tesouro, seja ele de qualquer área do conhecimento.

Objetivos específicos:

- Reunir, por meio de revisão de literatura, as informações existentes sobre o processo de manutenção de tesouros;

- Mostrar por meio de um estudo de caso, quais são as metodologias utilizadas no processo de manutenção, de forma a ilustrar essas etapas na prática;

- Sistematizar as informações coletadas sobre o processo de manutenção de tesouro, de forma a fornecer subsídios aos responsáveis por essa tarefa em equipes de elaboração de tesouros.

1.4 Justificativas

Apesar de existirem normas e manuais para a elaboração de tesouros, as informações não são ainda suficientes. Há ausência de orientações básicas que facilitem o entendimento do processo de manutenção aos profissionais que têm a intenção de desenvolver esse tipo de linguagem documentária. Nesse sentido, a sistematização e detalhamento dessa etapa trariam um reforço para os profissionais que atuam nessa área e às vezes ficam confusos, sem saber como iniciar o estudo dos termos. A visão prática,

obtida pelo estudo de caso, traz procedimentos detalhados e dificuldades sentidas pela instituição que não são relatadas em manuais e normas.

O resultado deste trabalho não trará a solução para a falta de literatura sobre o assunto, mas servirá como um estímulo para que outros estudos sejam realizados até que se consiga sanar essa ausência.

2 Revisão de literatura

2.1 Indexação e recuperação da informação

Ao indexar um documento primeiramente deve ser realizada uma análise conceitual onde são definidos os principais assuntos abordados no texto. Logo em seguida é feita a tradução, onde, são selecionados alguns termos para representar o conteúdo do documento (LANCASTER, 1987). É nesse momento que o vocabulário controlado tem grande função no controle dos termos que devem ou não ser utilizados na indexação.

Os termos utilizados na tradução são representações da realidade a partir do conhecimento que temos dessa realidade. Isso faz com que o processo seja bastante subjetivo e necessite de regras para que seja realizado de modo preciso. Dodebei (2002) afirma que nas representações, sejam elas sociais ou documentárias, estão inerentes três conceitos básicos: redução semântica, pluralidade de significados e produção de sentidos. Segundo a autora, a redução semântica se dá por meio da intermediação que se impõe à pluralidade de significados com o objetivo de garantir a produção de sentido. Esta produção de sentido é adquirida a partir da inserção da palavra em um contexto uma vez que as palavras isoladas podem não significar nada ou significar tudo. O contexto, além de produzir o sentido da palavra, reduz seus significados. A pluralidade de significados é consequência da criação de sentidos e significações que a palavra encarna, constituindo a cultura.

Os processos de análise conceitual e tradução também são utilizados no momento que o usuário busca uma informação. O profissional que faz o papel de intermediário da pesquisa deve interpretar a necessidade do usuário e traduzir tal necessidade de acordo com o vocabulário do sistema. A precisão e eficácia desse processo dependerão principalmente de fatores como a facilidade do usuário determinar o que deseja, e a familiaridade do intermediário com as fontes de informação e com o vocabulário do sistema. Nesse sentido, Cunha (1990, p. 19) cita alguns pré-conceitos

comuns no procedimento de tradução que podem atrapalhar a recuperação do documento:

“a idéia de que os textos/documentos a analisar/indexar são ‘absolutos’; que é possível chegar-se a palavras ‘neutras’; que o analista/indexador é passivo; que o trabalho de análise documentária pode ser realizado sem o conhecimento da área”.

A indexação pode ser feita com o uso de linguagem natural ou linguagem controlada. De acordo com Lopes (2002), a linguagem natural é aquela usada habitualmente na fala e na escrita, é a linguagem que o próprio autor utiliza no texto integral, título e resumo. Esse tipo de linguagem facilita a indexação, pois seu registro é imediato, porém, não há nenhum controle de sinônimos, grafias alternativas, homônimos etc. Segundo a mesma autora, a linguagem controlada é um conjunto limitado de termos autorizados para uso na indexação e busca de documentos. Diferentemente da linguagem natural, a LC possui um controle de termos preferidos e abrange os campos de descritor, termos de indexação e identificadores.

Percebe-se, então, a importância do vocabulário tanto na etapa de entrada de dados, ajudando o indexador a decidir quais os melhores termos para representar o conteúdo do documento, quanto na etapa de saída de dados, esclarecendo ao usuário sobre quais termos melhor representam o assunto procurado. Uma das funções da linguagem documentária é padronizar a terminologia para “fazer coincidir a linguagem dos indexadores com a dos pesquisadores.” (LANCASTER, 1987, p. 14).

A eficácia da indexação como uma forma de identificar e recuperar os objetos de conteúdo depende uma linguagem de indexação bem construída. Pesquisas no campo da Ciência da Informação têm mostrado que os vocabulários controlados melhoram a precisão e revocação na busca porque os termos passam a ter uma definição clara, única e os sistemas passam a recuperar as diferentes palavras que identificam um mesmo conceito (ANSI/NISO Z39.19-2005).

2.2 Vocabulário controlado

Segundo Lopes (2002), o vocabulário controlado, também conhecido como linguagem controlada ou linguagens documentárias, é um conjunto de termos organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, e que reduz a diversidade de terminologia. A organização de forma hierarquizada é denominada por Lancaster (1987) como arranjo sistemático, onde os termos são estruturados por meio de relações.

A ANSI/NISO Z39.19-2005 define vocabulário controlado como o processo de organizar uma lista de termos de modo a indicar qual dos dois ou mais termos sinônimos deve ser utilizado e distinguir os homógrafos. Um dos meios de organizar os termos é a atribuição de relações hierárquicas e associativas entre eles.

Às linguagens documentárias cabem as seguintes funções: organizar os conceitos de acordo com as ocorrências na literatura (garantia literária); adequar a linguagem ao perfil do usuário (garantia do usuário); organizar os documentos (fisicamente) de acordo com seu assunto; normalizar as descrições do classificador ou do indexador com as do usuário; economizar símbolos, eliminar redundâncias e condensar informações (DODEBEI, 2002). Essas funções não estão necessariamente em todos os tipos de linguagens documentárias. A organização física dos documentos por meio de assuntos, por exemplo, cabe apenas às classificações bibliográficas.

Abordam-se a seguir alguns tipos de vocabulários controlados, com base em Lancaster (2004) e ANSI/NISO Z39.19-2005.

2.2.1 Esquemas de classificação bibliográfica

As classificações são estruturadas hierarquicamente e possuem um arranjo alfabético secundário, por isso, frequentemente são utilizados índices alfabéticos que remetem à página em que o termo se encontra ou à notação do termo. Têm a finalidade de arrumar os itens bibliográficos nas estantes, em móveis de arquivo etc. Os principais

exemplos são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) (LANCASTER, 2004).

Lancaster (1987) nos lembra que a classificação dos vocabulários por meio de notações, símbolos que identificam os termos, nem sempre é necessária. A notação apenas facilita o entendimento da sequência na classificação e permite a localização do assunto de forma abreviada. Cintra *et al.* (2002) manifesta seu ponto de vista ao afirmar que as notações são utilizadas para apresentar as hierarquias básicas e suas principais subdivisões e que a descrição de conteúdo por meio de notações é rara.

2.2.2 Lista de cabeçalhos de assunto

A ANSI/NISO Z39.19-2005 define as listas como um conjunto limitado de termos arranjado como uma simples lista alfabética ou de alguma outra forma logicamente evidente. São usadas para descrever aspectos dos conteúdos ou entidades que tenham um número limitado de possibilidades. Frequentemente são usados para reunir descritores geográficos (por exemplo, país, cidade, estado), descritores que se referem à língua (por exemplo, inglês, francês, sueco), ou formato (por exemplo, texto, imagem, som). As listas de cabeçalhos são explicitamente alfabéticas e implicitamente hierarquizadas (LANCASTER, 2004).

2.2.3 Anéis de sinônimos

Os anéis de sinônimos não podem ser utilizados durante o processo de indexação. Eles são utilizados apenas durante a recuperação, garantindo que um conceito descrito por vários termos sinônimos ou equivalentes será recuperado com qualquer um dos termos usados em uma pesquisa. São bastante úteis na interface de um sistema eletrônico, pois fornecem acesso ao conteúdo que é representado em linguagem natural (ANSI/NISO Z39.19-2005).

2.2.4 Taxonomia

A taxonomia é um vocabulário controlado que consiste em condições preferenciais, as quais estão conectadas em uma hierarquia ou poli-hierarquia (ANSI/NISO Z39.19-2005). É um pouco mais simples que um tesauro por não ter notas explicativas, relações de equivalência, categorias ou facetas.

2.2.5 Tesouros

A ANSI/NISO Z39.19-2005 define tesouros como um vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida e estruturada de modo que as diversas relações entre os termos são claramente exibidas e identificadas por indicadores de relacionamento padronizados. Os relacionamentos e indicadores devem ser empregados de forma recíproca. Os indicadores de relacionamento são as siglas de “termo geral”, “termo específico” etc.

Os tesouros, assim como as listas de cabeçalhos, são explicitamente alfabéticos e implicitamente hierarquizados. Os termos e suas relações estarão sempre estruturados com ênfase na ordem alfabética, mas são empregadas algumas referências cruzadas que representam as relações (LANCASTER, 2004).

Os esquemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros “controlam sinônimos, distinguem homógrafos e agrupam termos afins, mas empregam métodos um tanto diferentes para alcançar estes objetivos” (LANCASTER, 2004, p. 20). O tesauro é o tipo de vocabulário controlado mais complexo.

Dodebei (2002) comenta sobre produtos gerados pelo processo de codificação documentária que não devem ser confundidos com as linguagens documentárias. São eles: os catálogos, índices, resumos, bibliografias, inventários e repertórios. Coyaud (apud DODEBEI, 2002, p. 40), explica que um produto, para ser considerado uma linguagem documentária, precisa fazer parte da transformação da linguagem natural em linguagem construída, favorecendo a comunicação documentária. Cintra *et al.* (2002) afirmam que a linguagem natural possui características interpretativas e criadoras que

são essenciais para a interpretação do mundo. Já a linguagem documentária tem caráter informativo e sua função é representar a informação de forma exata, determinada.

Este processo de transformação é feito para se obter maior exatidão na recuperação. Os termos devem ser monossêmicos, unívocos, ou seja, a cada termo equivale apenas um significado. Para isso, são usadas redes relacionais e alguns métodos que neutralizam fatores como a polissemia, homonímia e ambigüidade. Cintra *et al.* (2002) distinguem esses três fatores da seguinte forma: a) a polissemia ocorre quando uma mesma palavra possui vários significados; b) a homonímia ocorre quando uma mesma unidade significante remete a duas realidades vocabulares distintas, essa unidade pode ser fônica (homofonia) ou gráfica (homografia); c) a ambigüidade ocorre quando uma comunicação é interpretada de diversas maneiras e isso ocorre em função da polissemia, da homonímia e “de deficiências na utilização de padrões sintático-semânticos” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 70).

Na linguagem documentária é comum o uso de modificadores para contextualizar o sentido e assim evitar a ambigüidade. Lancaster (1987, p. 13; 2004 p. 19) chama esse recurso de qualificadores e afirma que explicações entre parênteses podem ser usadas para controlar palavras com muitos significados. A palavra “Peru” é dada como exemplo do controle de homógrafos através de qualificadores - Peru (país) é diferente de Peru (ave).

Três outros recursos são utilizados para neutralizar a polissemia: a criação de redes relacionais, as notas de escopo, também chamadas de notas explicativas e a sinonímia. A sinonímia é uma relação de equivalência que permite que várias palavras com significados próximos sejam representadas por um único descritor, permite também compatibilizar a linguagem do usuário com a linguagem do sistema (CINTRA *et al.*, 2002). Lancaster (1987, p.13; 2004 p. 19) diz que os sinônimos devem ser controlados optando por uma única forma padronizada, chamada termo autorizado. Aos termos não-autorizados deve ser atribuída uma remissiva, dirigindo-os para o termo autorizado. O autor nos lembra que o uso das remissivas deve ser consistente, pois “causa confusão o fato de abreviaturas e siglas serem adotadas numa circunstância e não em outras” (LANCASTER, 1987, p. 33). Com o uso destes recursos a recuperação se torna mais eficaz, já que o tratamento da informação é mais rigoroso.

2.3 Etapas de criação de um tesauro

Este trabalho tem a intenção de se aprofundar em apenas um tipo de vocabulário, o tesauro. Portanto, nesta seção iremos mostrar algumas etapas básicas de construção de um tesauro, que auxiliam no entendimento de como se dá a manutenção e atualização deste instrumento.

2.3.1 Estabelecimento de políticas

Além de algumas funções das linguagens documentárias citadas no tópico 2.2, o tesauro possui outras atribuições: fornecer um meio de converter a linguagem natural dos autores, indexadores e usuários em um vocabulário que pode ser utilizado para a indexação e recuperação, indicar relações semânticas entre os termos, e fornecer hierarquias claras e coerentes para ajudar os usuários a localizar documentos do conteúdo desejado (ANSI/NISO Z39.19 – 2005).

Em um tesauro é importante que os termos estejam padronizados para assegurar a coincidência das palavras na indexação e na busca. O alcance dos termos deve ser restrito aos significados selecionados dentro do domínio do vocabulário controlado. Cada termo deve ser formulado de modo a alcançar qualquer usuário do vocabulário controlado (ANSI/NISO Z39.19 – 2005). Aqui serão citadas algumas definições básicas que a ANSI/NISO Z39.19 – 2005 e Aitchison (1979) consideram importantes para se obter uma linguagem consistente:

a) os verbos devem ser evitados; um tesauro é majoritariamente composto por termos substantivados; recomenda-se que as preposições das frases substantivadas sejam excluídas, exceto nos casos em que a forma que utiliza conectivo seja mais familiar;

b) a inclusão de um número limitado de adjetivos comuns é útil, pois estes podem ser utilizados na coordenação com outros termos, como uma alternativa à criação de termos compostos múltiplos. Os adjetivos podem aparecer como termos pré-coordenados na indexação ou pós-coordenados na busca. Eles geralmente não devem ser atribuídos como termos descritores.

c) devem ser estabelecidas as regras para o uso de formas singular ou plural, a fim de permitir a precisão do significado do termo;

d) a grafia correta de um termo deve ser sempre consultada em dicionários e enciclopédias; remissivas são utilizadas nas formas não adotadas;

e) a utilização de iniciais maiúsculas e minúsculas também devem ser padronizadas, exceto para aquelas palavras que exigem inicial maiúscula como por exemplo os nomes próprios;

f) abreviaturas devem ser evitadas pois podem tornar-se ambíguas se estiverem fora de um contexto, além de poderem oferecer obstáculos para os sistemas computadorizados no reconhecimento das maiúsculas e minúsculas. Porém, se forem de uso geral, poderão ser utilizadas. A remissiva de termos abreviados e termos por extenso sempre deve existir.

g) sinais de pontuação deverão ser usados o mínimo possível; os parênteses deverão ser usados nas expressões com qualificadores e o hífen só deve ser usado quando sua omissão ocasionar alteração no significado do termo;

h) a existência de palavras com a mesma grafia, mas com significados diferentes, também chamados de homógrafos, sugere o uso de qualificadores entre parênteses. Porém, é preferível usar um termo composto no lugar de uma palavra única acompanhada de seu qualificador, desde que este termo seja freqüente na linguagem natural.

Quando o significado de um termo é confuso pode ser utilizada uma nota explicativa (NE) com a definição de um dicionário. A NE pode ser utilizada também para explicar como o termo deve ser utilizado e mostrar qual é o seu contexto (LANCASTER, 1987). Ao contrário de um qualificador entre parênteses, uma nota explicativa, também chamada de nota de escopo, não faz parte de um termo. Enquanto

os qualificadores são geralmente adicionados apenas aos homógrafos, uma nota de escopo pode ser fornecida a qualquer momento (ANSI/NISO Z39.19 – 2005).

Nomes geográficos e de autores também devem ser controlados. Contudo, recomenda-se que seja feita uma lista separadamente do tesauro, para evitar que o mesmo fique muito extenso. Os nomes que constam nesta lista são frequentemente chamados de identificadores. “Não quer dizer que todos os nomes próprios devam ser tratados como identificadores. Sem dúvida alguma um tesauro sobre Ciência Política necessitará de nomes de países como elemento integrante da estrutura do tesauro” (LANCASTER, 1987, p. 36).

2.3.2 Coleta dos termos

Segundo Lancaster (1987) a coleta da terminologia de um assunto deve ser feita, preferencialmente, em resumos ou fontes de referência com probabilidade de conter uma alta concentração de termos. As fontes devem ser examinadas para que as palavras ou frases mais relevantes sejam selecionadas para a descrição do assunto. O ideal é pegar as fontes mais atualizadas e ir regredindo, até que as ocorrências de termos novos passem a ser pouco frequentes. Dodebei (2002) diferencia os tipos de fonte como fonte primária, que são os documentos expressos na linguagem do próprio autor e, fontes secundárias, onde é apresentada uma síntese do documento principal, como são os resumos, catálogos, bibliografias e outros. A autora enfatiza que as fontes primárias possuem maior fidelidade na comunicação, já que se encontram no contexto do documento. Gomes (1990) afirma que este significado retirado a partir do contexto do documento deve ser levado em consideração na hora de estruturar o conceito. Porém, se a terminologia foi levantada a partir de outra linguagem documentária e o estudo de termos literários está sendo levantado apenas para completar o tesauro, deve-se ter em mente as diferenças conceituais entre os termos já estruturados e os termos retirados das fontes primárias.

Aitchison (1979) faz algumas considerações sobre os sistemas de informação: primeiramente devem ser definidas as áreas centrais onde os assuntos cobertos

necessitam de um tratamento mais profundo e as áreas periféricas onde basta um tratamento superficial; em seguida deve-se observar o volume da literatura e o tamanho do acervo e com base no resultado desse processo é feita uma análise da especificidade dos termos.

A adição de termos altamente específicos é geralmente restrita à área central do campo abrangido por um vocabulário controlado, pois a proliferação de tais termos em áreas marginais é suscetível de conduzir a um vocabulário controlado de difícil gestão. Embora o custo de armazenamento de um vocabulário muito grande no computador possa ser insignificante, o custo humano de estabelecer relações entre os inúmeros termos periféricos é alto. Em uma organização que lida com documentos que abrangem mais de um domínio de conhecimento, pode ser necessário desenvolver uma série de vocabulários controlados especializados (ANSI/NISO Z39.19 – 2005).

Para Lancaster (2004) por mais que os termos de um tesouro sejam bastante específicos para descrever o conteúdo temático, o texto livre proporciona maior especificidade por possibilitar a recuperação a partir de palavras encontradas no texto. Nomes de líderes de um país, por exemplo, dificilmente seriam encontrados em um tesouro, seria mais comum eles serem representados por expressões como “líderes políticos”.

“O thesaurus pode ser muito específico, mas nunca tão específico quanto a linguagem natural, que é a linguagem do discurso dos próprios autores” (LANCASTER *apud* LOPES, 2002, p. 46). Em seu artigo, Lopes (2002) pode concluir que a utilização conjunta da Linguagem Natural (JLN) e Linguagem Controlada (LC) na recuperação de documentos proporciona melhor resultado.

Além do uso conjunto de campos com linguagem natural e linguagem controlada, alguns outros recursos são utilizados para melhorar a especificidade no momento da recuperação da informação. Artíficos de revocação são aqueles que tentam recuperar todos os documentos existentes sobre um assunto, entre eles está o controle de sinonímia, uso de operadores de conexão, controle de formas dos termos e agrupamentos. Artíficos de precisão buscam impedir a recuperação de documentos não relevantes. Um meio de se obter boa precisão é o uso de operadores booleanos, conectores que permitem a combinação dos descritores no momento da busca,

representados pelo “and”, “not”, “or”. Com eles é possível que o pesquisador descarte os documentos irrelevantes e tenha como resultado somente o que realmente lhe interessa (LOPES, 2002). A relação entre a revocação e a precisão é inversa (AITCHISON, 1979):

“Quanto mais pontos de acesso forem providos para a recuperação, mais alta será a revocação possível, porém, provavelmente menor será a precisão. Um dos motivos disso é simplesmente o fato de que quanto mais pontos de acesso são providos, maior é a probabilidade de que alguns digam respeito a aspectos bastante secundários do documento” (LANCASTER, 2004, p. 255).

Como já foi dito anteriormente, os tesouros são representados por termos com significado único. Ao realizar o levantamento dos termos encontrados na literatura deve ser feito um estudo de forma que as palavras sinônimas sejam representadas por apenas um termo, uma única forma verbal. Segundo Dodebei (2002, p. 77) “cada conceito é um item do conhecimento e reflete este conhecimento do mundo real dos objetos e dos fenômenos, com seus atributos e relacionamentos essenciais e acidentais”. Assim, a unidade informacional de um tesouro é o próprio conceito, embora seja expressada por termos simbolicamente representados por palavras. O termo pode ser representado por palavras simples ou compostas, desde que refiram-se a apenas um conceito.

A opinião do usuário pode ser utilizada para reforçar a integridade do vocabulário através da organização de termos candidatos em categorias, baseadas nas preferências do usuário. Os usuários devem ser convidados a analisar os projetos do vocabulário para adicionar os termos ausentes, identificar os termos inadequados ou obsoletos, e validar as relações entre os termos (ANSI/NISO Z39.19 – 2005).

Termos encontrados em consultas de usuários que não correspondem a um ou mais termos de entrada, também podem ser considerados para a inclusão, especialmente quando um determinado termo ocorre em várias consultas. Termos que ocorrem na linguagem natural e são formas comuns de descrever um conceito estão incluídos no vocabulário controlado como termos de entrada. Um termo de entrada é uma palavra ou frase comumente usada para um conceito, mas não é o termo preferido selecionado para representar o conceito (ANSI/NISO Z39.19 – 2005).

2.3.3 Estruturação do tesauro

Qualquer campo do conhecimento precisa ter uma organização nocional para melhor compreender as possibilidades de relacionamentos entre os termos. A ausência de um sistema nocional compromete até mesmo a indexação. Na falta de um parâmetro para definir o significado dos termos o indexador acaba utilizando os termos segundo o seu entendimento, o que descaracteriza o instrumento documentário (CINTRA *et al.*, 2002).

“Desta maneira, faz-se necessário estabelecer, a priori, que a utilização de qualquer LD supõe a explicitação nocional da área a que se refere e a sua organização na forma de um sistema.” (Cintra *et al.*, 2002, p. 50)

Sistema nocional é definido pela norma ISO 1087 como um “conjunto estruturado de noções que reflete as relações estabelecidas entre as noções que o compõem e no qual cada noção é determinada pela sua posição no sistema”. Ou seja, além de unir as noções relacionadas entre si é necessário indicar o tipo de associação que elas possuem para que o usuário possa visualizar o significado daquela noção.

Facetas são tipos de metadados estruturais. O uso das facetas depende do tamanho do vocabulário. Se o número de termos for pequeno, uma lista simples será suficiente e não há necessidade de organizá-los ainda mais. Caso o vocabulário controlado tenha centenas ou milhares de termos, pode ser útil o uso das facetas para organizá-los, o que ajudará a identificar as grandes categorias, servindo como base para agrupar os termos sob elas. (ANSI/NISO Z39.19 -2005).

A construção de um tesauro é frequentemente descrita segundo duas abordagens: a abordagem teórica (dedutiva) e a abordagem empírica (indutiva).

Dodebei (2002) afirma que a obtenção da terminologia na abordagem teórica é feita segundo um consenso dos profissionais especializados, onde as espécies são deduzidas a partir da definição das classes gerais. “As categorias principais de termos são identificadas e subdivididas de cima para baixo” (LANCASTER, 1987, p. 19-20). Essa abordagem torna difícil prever todas as categorias necessárias, além disso, há o

risco do vocabulário ficar cheio de subdivisões sendo que várias delas são desnecessárias.

A abordagem empírica, ao contrário da teórica, é subdividida de baixo para cima. Nela só são criadas categorias de termos consideradas importantes a partir do exame da literatura corrente e de acordo com a frequência de ocorrência terminológica. Aqui não se trata de subdivisões teoricamente possíveis, mas sim de subdivisões úteis (LANCASTER, 1987). Os termos são coletados e são categorizados até que sejam encontrados os termos mais específicos e os mais genéricos de uma faceta.

Chai Kim (*apud* DODEBEI, 2002, p. 71) realizou um experimento onde foi feito o levantamento dos termos através dos dois processos, teórico e empírico, e observou que a relevância na recuperação das informações se dá no mesmo grau quando utilizada uma linguagem documentária com termos selecionados a partir da literatura corrente ou termos selecionados a partir do consenso de especialistas.

Na prática, mais de uma dessas abordagens é suscetível de ser empregada em um estágio ou outro, durante a construção de um vocabulário controlado. Por exemplo, hierarquias e outras relações entre os termos que foram estabelecidas indutivamente poderiam mais tarde ser examinadas do ponto de vista dedutivo. Ambas as técnicas são essencialmente empíricas, e deverão ser aceitas desde o início de algumas decisões a respeito dos termos e suas inter-relações. (ANSI/NISO Z39.19-2005).

A abordagem empírica baseia-se em dois princípios: garantia literária e garantia de uso. A garantia literária define que um termo justifica-se apenas quando é apresentado com um grau de frequência considerável na literatura de determinado assunto. Mas de nada adianta coletar termos que apareçam bastante na literatura sem que esses mesmos sejam de interesse do usuário (garantia de uso). A melhor forma de satisfazer a esses dois princípios é “identificar os termos que traduzem os interesses temáticos dos usuários, ao mesmo tempo em que os coleta da literatura” (LANCASTER, 1987, p. 22). De acordo com a ANSI/NISO Z39.19 – 2005, a garantia de uso exige alguns critérios como a linguagem natural usada para descrever o conteúdo, o idioma dos usuários e as políticas da instituição para selecionar os termos preferidos. Deve haver um consenso entre os três elementos: a literatura, o usuário e a instituição.

Moreira (2006) acrescenta afirmando que além da garantia literária e garantia de uso, alguns termos são admitidos em vocabulários apenas por possibilitar uma função estrutural útil. Tais termos facilitam a ligação hierárquica dos termos ou a disposição de conjuntos mais específicos. É nesse sentido que Cintra *et al.* (2002) afirma que em alguns tesouros as unidades superordenadas não são descritores, mas sim utilizadas apenas para reunir os descritores. Svenonius (*apud* MOREIRA, 2006) exemplifica o uso da garantia estrutural através do título “Tipos de escolas” encontrados na Classificação Decimal de Dewey. Esse termo dificilmente é utilizado na indexação, mas faz parte da linguagem documentária porque facilita a navegação pela estrutura. A norma Z39.19-2005 chama este mesmo mecanismo de “rótulo de nó em hierarquia”.

Para Cintra *et al.* (2002), a construção das hierarquias deve ser baseada na estrutura teórico-conceitual de domínios específicos e domínios periféricos, de acordo com as necessidades objetivas do sistema em questão. Sistemas como a CDD (Dewey Decimal Classification) e a CDU (Classificação Decimal Universal) têm como objetivo a cobertura do universo global enquanto que os tesouros procuram ser mais específicos, sendo construído em função de universos determinados. Após estabelecer um sistema nocional, devem-se estabelecer também algumas regras para determinar as relações entre os termos. É através dessas relações que a LC neutraliza as variações das palavras e seus significados. Diferentemente da LN, a LC impõe significado fixo, onde um termo deve ter um único significado. Aitchison (1979, p. 17) e Lancaster (1987, 2004) afirmam que a existência de relações estruturais auxilia os indexadores a usar termos mais apropriados e específicos, o que facilita a representação do conteúdo. Para Dodebei (2002), a rede de relações permite que a disseminação de um item extrapole a sua forma e conteúdo, possibilitando ao usuário obter vários itens pertinentes à sua necessidade de informação.

Segundo Cintra *et al.* (2002), os sistemas de noções nos tesouros são materializados através de relações hierárquicas e relações não-hierárquicas. As relações hierárquicas podem ser genéricas ou partitivas e caracterizam-se por possuírem unidades superordenadas que representam o gênero ou o todo. As subdivisões sucessivas constituem a espécie ou a parte, que podem ser novamente subdivididas. Os conceitos subordinados formam uma sequência vertical, onde cada termo é superior ao termo seguinte. Há também os termos coordenados, conceitos subordinados que

possuem a mesma característica dentro de um mesmo nível hierárquico e formam uma sequência horizontal.

Dodebei (2002) afirma que as linguagens documentárias são construídas a partir das relações paradigmáticas e relações sintagmáticas existentes entre as palavras. A autora define relação paradigmática como aquela em que a hierarquia está presente, pois o significado de cada palavra deve estar inserido em alguma classe de objetos. E a relação sintagmática são aquelas em que a reunião de palavras de classes distintas compõe uma mensagem por exemplo: casa e incêndio. Podemos concluir que as relações paradigmáticas se referem à subordinação entre os termos, enquanto as sintagmáticas se referem à coordenação.

Para Cintra *et al.* (2002) e Dahlberg (1978), os termos genéricos necessariamente possuem as mesmas características dos seus termos subordinados. Porém, os termos subordinados além de possuírem a mesma característica, apresentam pelo menos mais uma, que os diferenciam. “A noção genérica impõe-se, portanto, como conjunção de características comuns, enquanto que a noção específica estabelece uma disjunção” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 52). Isso é ilustrado por Cintra *et al.* (2002) através do termo “Mamífero” que pode ser subdividido em “Racionais” ou “Irracionais”. Podemos deduzir que tudo que será colocado na classe Racional, será um mamífero, mas além de mamífero ele possui a característica de pensar.

Na relação partitiva a noção superordenada representa um objeto como um todo enquanto que a noção subordinada representa partes do mesmo objeto. Na relação genérica a noção superordenada representa um conceito onde a noção subordinada é um tipo ou espécie desse conceito. Tais conceitos são exemplificados pelos termos “rodas de um carro” (parte/todo) e “fusca”, que seria um tipo de carro (CINTRA *et al.*, 2002).

As relações não-hierárquicas, ao contrário das hierárquicas, não supõem ordem e subordinação lógicas. São chamadas de relação associativa e segundo Lancaster (1987) esse tipo de relação, não hierárquica, pode ser associada a qualquer par de termos que possuam alguma relação em seu contexto, desde que os mesmos não estejam na mesma hierarquia.

“os relacionamentos não-hierárquicos indicam a ligação entre termos que estão em campos semânticos distintos, porém próximos. Cada

termo relacionado pode se constituir no ponto de partida para uma família de termos aparentados.” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 45)

Cintra *et al.* (2002) identifica a ligação lógico-hierárquica entre os descritores pelos seguintes códigos:

TG: Termo genérico ou termo geral	}	Relação hierárquica
TE: Termo específico		
TR: Termo relacionado	}	Relação não-hierárquica
USE: Use		
UP: Usado para	}	Relação de equivalência

A reciprocidade é uma propriedade básica das relações no vocabulário controlado. Se for adicionada uma relação A USE B a recíproca deve existir também em B UP A. Essa regra deve ser observada para todos os tipos de relações. (LANCASTER, 1987; ANSI/NISO Z39.19 - 2005).

2.3.4 Apresentação do tesauro

Após definir os termos e identificar todas as relações, o tesauro precisa ser invertido para a ordem alfabética. Assim, cada termo se torna uma entrada e logo abaixo são descritas suas relações. A disposição dos termos em ordem alfabética, segundo Dodebei (2002), é recomendável porque permite que o usuário encontre um conceito que melhor represente o que ele deseja exprimir, através de conceitos próximos, facilita a compreensão da lógica do relacionamento e facilita a manutenção dos tesauros, já que as relações conceituais ficam explícitas.

Para ANSI/NISO Z39.19 – 2005, a maneira que um vocabulário controlado é apresentado afeta a disposição e capacidade do usuário em fazer uso dele. Uma grande variedade de tipos de visualização podem ser utilizados, desde a simples listagem alfabética, às complexas interfaces gráficas. Todos os vocabulários controlados devem

fornecer uma documentação que descreve como se deve usar o vocabulário. O design de visualização para vocabulários controlados deve considerar as necessidades de cada classe.

O grupo de manutenção do vocabulário controlado deve ter experiência em indexação e construção e é provável que sejam especialistas no domínio do assunto. Eles devem ter acesso às informações completas de cada termo, e a capacidade de editar e manipular os registros dos termos, referências cruzadas, notação, classificação e hierarquias.

Indexadores e especialistas em busca geralmente têm experiência em indexação, recuperação on-line e uso de vocabulários controlados. Os indexadores são suscetíveis de ter experiência no assunto de domínio do vocabulário controlado, enquanto especialistas em busca podem ou não ter esses conhecimentos. Esses usuários exigem a capacidade de pesquisa e visualização de referências cruzadas, definições e notas para termos, assim como diversos níveis de classificação ou hierarquias. Comentários de dados são especialmente importantes para os pesquisadores. Exibições com as terminologias são adequadas para esses usuários.

Os usuários finais podem ter experiência no campo de assunto e entender a sua terminologia. Os tipos de telas disponíveis para especialistas em busca podem ser úteis para os usuários finais, bem como, quando projetado com as suas necessidades em mente. Os usuários finais podem se beneficiar de instruções na tela, além de toda a documentação impressa que existe.

Desenvolvedores de vocabulários controlados podem querer produzir versões diferentes do vocabulário: uma lista básica de termos, referências e relações projetadas para o usuário final ou ocasional pesquisador, e uma versão mais completa projetada para o indexador e pesquisador especialista. Muitos vocabulários controlados estão disponíveis em formato eletrônico em vez de formato impresso tradicional. Opções de exibições eletrônicas fornecem melhorias significativas, mas elas também exigem considerações adicionais de design. (ANSI/NISO Z39.19 – 2005).

Deve ser analisada a melhor forma de apresentação do tesouro, lembrando que se o mesmo for impresso é recomendada uma estrutura que economize espaço (LANCASTER, 1987).

2.4 Manutenção de tesouros

Construir um tesouro do zero não é uma tarefa fácil. Por isso, várias instituições optam por aproveitar um tesouro já existente. Geralmente é feita uma atualização do tesouro de forma a adequar melhor àquela instituição. Para o Ibict (1984), o compilador deve sempre se certificar se já existe algum tesouro na mesma área do conhecimento abordada por ele. Se houver, não é interessante a duplicação completa da mesma área do conhecimento. Aitchison (1979) cita duas maneiras de se adotar um tesouro já existente: a) adotados *in totum*, com alterações mínimas; b) adotados como uma estrutura aceitável, dentro da qual certas áreas de assunto deverão ser desenvolvidas com maiores detalhes. Porém, se nenhuma dessas condutas for apropriada, será necessário construir um novo tesouro.

Pouco documento é encontrado falando a respeito dessa atualização inicial e da manutenção constante do tesouro após a sua criação. Nesta seção serão expostas algumas sugestões encontradas, e que servem de base para o entendimento de algumas metodologias utilizadas pelo Vocabulário Controlado Básico (VCB), o vocabulário que será explorado no nosso estudo de caso.

No momento inicial da construção de um tesouro a quantidade de termos novos encontrados na literatura é muito grande. Posteriormente, entretanto, ele começará a atingir um ponto de equilíbrio, onde muitos documentos atuais são analisados e quase não são encontrados termos novos. A partir desse ponto a coleta de termos deve ser suspensa e é produzido um primeiro esboço do tesouro (LANCASTER, 1987).

Seria conveniente que a versão preliminar fosse revista, de preferência por especialistas no assunto, bem como pelos especialistas em informação que a utilizarão. Antes de começar a ser utilizado na prática, é aconselhável testar sua adequação aos objetivos (LANCASTER, 1987, p. 43).

Ibict (1984) afirma que cada termo novo admitido no tesauro deve possuir uma ficha individual identificando a fonte do termo, o nome das autoridades consultadas, a data de inclusão do termo bem como referências aos tipos de relacionamentos, sejam eles sinônimos, termos genéricos ou termos específicos. No momento da admissão do termo deve ser verificada a sua forma correta e conferidos os relacionamentos com os termos novos ou já existentes e as hierarquias já registradas. Dodebei (2002) diz que as definições devem ser anotadas nas fichas terminológicas para que a qualquer momento possamos analisar e decidir quais são as relações mais adequadas entre os conceitos.

Segundo a norma ISO Z39.19 (2005), o registro pode conter algum ou todos os seguintes elementos: termo; fonte(s) consultada para os termos e condições de entrada; nota de escopo; variações do termo não exibidas, como por exemplo, erros comuns de ortografia; termos mais amplos; termos mais estreitos; termos relacionados; relações localmente estabelecidas; categoria ou número de classificação; nota de história, termos candidatos.

Indexadores e pesquisadores devem ser capazes de propor alterações aos tesouros existentes e às suas relações, desde que expliquem a lógica e forneçam documentação de apoio para as alterações propostas. As propostas podem ser comunicadas por via eletrônica ou por formulários impressos (ANSI/NISO Z39.19-2005).

Termos muito usados e termos que a experiência mostra serem de uso muito infrequente devem ser reconsiderados com vistas à sua exclusão, pois ambos os tipos são em geral ineficazes na recuperação. Em alguns casos, o termo superutilizado pode ser vantajosamente substituído por dois ou mais termos de maior especificidade. (IBICT, 1984, p. 55)

Sempre que um termo é modificado ou excluído de um vocabulário controlado, o impacto sobre a capacidade de pesquisa de registros indexados anteriormente devem ser considerados, a menos que o termo modificado ou excluído nunca tenha sido usado. Um termo excluído ou modificado pode ser conservado no vocabulário controlado para recuperação ou apenas para registro histórico. Se ele for mantido, deve ser marcado com indicações do tipo "apenas para fins de recuperação". Em casos de substituição de termos, há sistemas com recursos que permitem fazer a alteração automaticamente. Se o termo for modificado, a data da alteração deve ser registrada na nota de história e deve

ser feita uma remissiva da forma antiga para a nova. Se as relações são modificadas, um registro das antigas deve ser mantido na nota de história também. Excluir um termo no banco de dados sem o substituir por outro pode, ao longo do tempo, reduzir drasticamente o acesso aos documentos. Quando os termos são completamente eliminados pode ser útil manter um arquivo separado da expressão suprimida, com histórico, a fim de acompanhar as decisões no caso de um termo deste grupo voltar a ser avaliado posteriormente (ANSI/NISO Z39.19-2005).

Os vocabulários controlados são reflexos da linguagem e, por isso, são instrumentos dinâmicos. Eles só existem para servir seus usuários, tanto aqueles que o empregam para descrever o conteúdo quanto aqueles que o utilizam para localizar as informações necessárias, por isso, é fundamental a realização de exames periódicos e avaliações para garantir que o vocabulário controlado é tão útil quanto possível. Políticas e procedimentos devem ser estabelecidos para a revisão periódica da terminologia, a criação de novos termos, e substituição de termos obsoletos, especialmente em áreas onde as mudanças de terminologia acontecem rapidamente. Os editores de vocabulário controlado devem atualizá-los em intervalos que serão determinados pela frequência e volume das alterações feitas e de acordo com o método de distribuição. As revisões impressas serão necessariamente produzidas com menos frequência do que as revisões de um sistema informatizado. As atualizações eletrônicas têm a vantagem de serem acessíveis mais rapidamente do que as impressas (ANSI/NISO Z39.19-2005).

Para Cintra *et al.* (2002, p. 47), um tesouro para ser eficiente deve estar em constante atualização, pois só assim se mantém “como instrumentos dinâmicos capazes de incorporar os avanços do conhecimento e as modificações de significado de termos já existentes”. Dodebei (2002) diz que um tesouro deve acompanhar a evolução da linguagem e as novas necessidades de informação do usuário, independente do tesouro ser gerado automaticamente ou tradicionalmente.

Um estudo deve ser realizado periodicamente por especialistas da área. É aconselhável que observem termos que costumam ser pesquisados pelos usuários mas que não existem no tesouro, garantindo assim que o vocabulário estará satisfazendo as necessidades de informação do usuário.

3 Metodologia

A primeira etapa deste trabalho constitui-se numa revisão de literatura, onde foram reunidas diretrizes de elaboração e manutenção de vocabulários controlados. Buscou-se coletar o máximo de informações possíveis sobre os critérios a serem adotados na atualização de um tesouro, além de conceituar os tesouros e mostrar quais são as suas etapas de construção. Nessa etapa procurou-se obter maior familiaridade com essas linguagens documentárias para compreender as decisões a serem tomadas posteriormente, no momento em que o tesouro já está pronto, porém, em constante desenvolvimento.

Após a revisão de literatura, foi possível a realização de um estudo de caso com o objetivo de obter conhecimento prático sobre a elaboração de tesouros e, mais especificamente, sobre o processo de manutenção. Procedeu-se a análise das metodologias utilizadas no Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional - RVBI.

Por fim, buscou-se determinar um conjunto de atividades que devem ser realizadas quando se quer atualizar um tesouro, tendo como base as orientações contidas na literatura e os procedimentos observados no estudo de caso.

A pesquisa realizada foi exploratória, pois segundo Vieira (apud BRAGA, 2007) a pesquisa exploratória consiste em reunir o máximo de informações possíveis sobre um problema pouco estudado ou nunca estudado anteriormente e tem a finalidade de procurar padrões que despertem pesquisas futuras para solucionar o problema.

A metodologia utilizada para criar tais padrões foi o estudo de caso. Essa metodologia nos permite analisar profundamente o problema, pois reúne um grande número de informações detalhadas dentro de um contexto real. Porém, este estudo de caso teve abordagem diferente, já que a pesquisadora estava totalmente inserida no ambiente de estudo, participando das reuniões de atualização do vocabulário, colaborando com a atualização de termos e inclusive realizando a entrada dos termos estudados na base.

Lima (2007) apresenta uma abordagem chamada pesquisa-ação na qual as pessoas envolvidas com o problema no mundo real participam ativamente da resolução do mesmo. Este tipo de pesquisa procura produzir um novo conhecimento mediante a solução/melhoramento de problemas práticos. O mesmo autor afirma que esta abordagem traz grandes contribuições para a ciência porque traz resultados de pesquisa que já foram aplicados e testados no mundo real. Porém devemos lembrar que esses resultados não têm um fim em si mesmo. Por serem testados em uma situação específica, não devem ser generalizados.

Com base na análise feita na revisão de literatura, foi elaborado um quadro que resume as recomendações feitas pelos autores para que, ao final do estudo de caso, pudéssemos comparar e complementar a teoria com a prática. Nem todas as recomendações encontram-se na seção “2.4 Manutenção de tesouros” porque há algumas diretrizes que são de grande importância tanto na criação como na atualização do tesouro. Para melhor organização das informações, ao final de cada recomendação foi colocada a página onde essa se encontra no texto da revisão de literatura.

4 Resultados

4.1 Recomendações da literatura

A análise das diretrizes, normas e manuais de elaboração de tesouros permitiu consolidar um conjunto de orientações para manutenção de tesouros, as quais se encontram sintetizadas no quadro 1.

Quadro 1: Recomendações dos autores sobre manutenção de tesouros

Autor	Objetivo	Recomendação
AITCHISON (1979)	- analisar a especificidade dos termos	- separar as áreas de assunto em centrais e periféricas, e observar o volume da literatura e tamanho do acervo (p. 21)
ANSI/NISO Z39.19 (2005)	- evitar ambigüidade - garantir a recuperação - garantia de uso - adequar a linguagem ao uso - garantir uniformidade e constante atualização dos termos - garantir a recuperação dos documentos atribuídos ao termo excluído	- o alcance dos termos deve ser restrito aos significados do domínio do vocabulário (p. 19) - qualquer usuário deve conseguir alcançar os termos (p. 19) - combinar o uso da linguagem natural, o idioma dos usuários e as preferências da instituição p/ selecionar os termos autorizados (p. 25) - os indexadores e pesquisadores devem propor alterações das condições existentes, explicando a lógica e fornecendo documentação de apoio para as alterações propostas (p. 30) - estabelecer políticas e procedimentos para a revisão periódica da terminologia, criação de termos e substituição de termos obsoletos (p. 31) - definir se o termo excluído continuará no vocabulário com alguma marcação que o diferencie ou se ele será completamente eliminado (p. 30)
CINTRA <i>et al.</i> (2002)	- garantir a cobertura de todos os temas sem que sejam criados termos e relações desnecessárias	- construir hierarquias com base nos domínios específicos e periféricos (p. 25)
DODEBEI (2002)	- garantia literária - garantia do usuário	- organizar os conceitos de acordo com a ocorrência literária (p. 15) - adequar a linguagem ao perfil do usuário (p. 15)

Quadro 1: Recomendações dos autores sobre manutenção de tesauros

GOMES (1990)	- garantir a coerência na estruturação dos termos	- verificar as diferenças conceituais entre os termos já estruturados e os termos novos retirados do contexto do documento (p. 21)
IBICT (1984), DODEBEI (2002), ANSI/NISO Z39.19 (2005)	- registrar as informações dos termos para o controle e futuras análises	- cada novo termo admitido no tesauro deve possuir uma ficha individual (p. 30)
LANCASTER (1987)	- localização do assunto de forma abreviada	- classificação através de notações (p. 15)

Fonte: Autoria própria

Algumas recomendações citadas no Quadro 1 possuem relações entre si e estão descritas a seguir.

Para delimitar o tema de um tesauro e analisar a especificidade dos termos de modo a evitar que sejam criados termos dispensáveis, é importante que a instituição faça um estudo das necessidades dos usuários da linguagem e compare o volume da literatura de determinado assunto com o tamanho do acervo, para que assim possa dividir os temas em áreas de assunto centrais e periféricas. Essas recomendações são feitas por Aitchison (1979) e Cintra et al. (2002).

Para evitar confusão entre termos que podem estar inseridos em várias áreas, com diferentes conceitos, é útil o uso de notações para classificar os assuntos e permitir a análise por áreas de assunto (LANCASTER, 1987). Por exemplo, o termo “indexação” pode estar relacionado à Biblioteconomia e Economia, os conceitos desse mesmo termo tornam-se completamente diferentes, de acordo com o contexto. A análise dos termos das duas áreas separadamente, nos ajudaria a saber o conceito dado ao termo “indexação” no tesauro.

Ao organizar os conceitos de acordo com a ocorrência na literatura, como recomenda Dodebei (2002), a construção das hierarquias deve basear-se na estrutura teórico-conceitual de domínios específicos e periféricos (CINTRA et al., 2002). Nesse momento, é necessário ter em mente as diferenças conceituais entre os termos já estruturados e os termos novos retirados do contexto do documento (GOMES, 1990). O

contexto do documento pode trazer para a palavra um conceito diferente daquele utilizado no tesauro para a mesma palavra. Segundo a ANSI/NISO Z39.19 (2005) o alcance dos termos deve ser restrito aos significados do domínio do vocabulário.

A descrição dos conteúdos deve combinar o uso da linguagem natural encontrada nos documentos, o idioma dos usuários e as preferências da instituição para selecionar os termos autorizados. Ao decidir o termo autorizado, todos os outros possíveis termos encontrados na linguagem natural, idioma do usuário ou preferências da instituição podem ser inseridos no tesauro como termos não autorizados, que serão automaticamente remetidos ao termo autorizado. O uso da remissiva permite adequar a linguagem ao perfil do usuário (DODEBEI, 2002) de forma a garantir que qualquer usuário consiga alcançar os termos, como recomenda a ANSI/NISO Z39.19 (2005).

Políticas e procedimentos para a revisão periódica da terminologia, criação de termos e substituição de termos obsoletos devem ser estabelecidas para garantir uniformidade nas decisões de atualização dos termos. Termos muito usados e termos que a experiência mostra serem de uso pouco frequente devem ser reconsiderados com vistas à sua exclusão, pois ambos os tipos são em geral ineficazes na recuperação. Em alguns casos, o termo que é muito utilizado pode ser vantajosamente substituído por dois ou mais termos de maior especificidade (IBICT, 1984, p.55).

Quando um termo é excluído do vocabulário, sem que haja nenhuma substituição por outro, deve ser tomada a decisão entre deixar o termo no vocabulário com alguma marcação que o diferencie ou eliminá-lo completamente do vocabulário (ANSI/NISO Z39.29, 2005). A decisão deve considerar a possibilidade de recuperar os documentos que foram atribuídos ao termo antes de sua exclusão.

Ibict (1984), Dodebei (2002) e ANSI/NISO Z39.19 (2005) concordam que os novos termos criados devem possuir um ficha individual que registre as principais informações como: fonte(s) do termo, nome das autoridades consultadas, data da inclusão do termo, relacionamentos, definições do termo, nota de escopo, variações do termo, nota de história, termos candidatos.

Os indexadores e pesquisadores do setor de referência, por serem profissionais que fazem a ponte entre o documento, a linguagem e o usuário final, são as pessoas

mais adequadas para propor alterações das condições existentes de modo a adequar a linguagem ao uso. Junto à proposta devem ser fornecidos documentos de apoio que expliquem a lógica da alteração (ANSI/NISO Z39.19, 2005).

4.2 O Estudo de caso

Para o levantamento das informações foram disponibilizados vários documentos internos da Gerência da RVBI entre eles: relatórios e planejamentos, atas e pautas de todas as reuniões e fichas terminológicas dos termos. Foram consultadas também as seguintes publicações: Projeto de Tesouro da RVBI, Diretrizes para construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional RVBI, Elaboração do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI, Gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional – RVBI e Desenvolvimento de um Vocabulário Controlado na Biblioteca do Senado Federal.

4.2.1 A Rede RVBI e o Vocabulário Controlado Básico (VCB)

O Vocabulário Controlado Básico (VCB) é atualmente a linguagem documentária utilizada pela Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI. A Rede é coordenada pela biblioteca do Senado Federal, onde está localizada a Gerência da RVBI. Um breve histórico da RVBI permite melhor compreender como surgiu o VCB e quais são seus objetivos atuais.

O Subsistema de Administração de Bibliotecas (SABI), coordenado pela Biblioteca do Senado Federal, foi criado em 1972 a partir da criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) e da automação da Biblioteca

do Senado Federal. Nessa época, implementaram-se as primeiras bases de dados bibliográficos: BIBR (Banco de Dados de Monografias) e PERI (Banco de Dados de Periódicos), ambos desenvolvidos a partir das fichas do Catálogo Dicionário relativo aos documentos do acervo. Os documentos eram indexados em linguagens próprias. Para os livros utilizava-se uma tradução interna dos cabeçalhos de assunto da Library of Congress e, para os artigos, uma lista controlada de descritores criados à medida que apareciam na literatura indexada. Não havia padronização de armazenagem entre as duas bases e a estrutura dos cabeçalhos de assuntos conflitava com as normas preconizadas para a elaboração de descritores. Assim, a recuperação da informação se tornava mais difícil. Criou-se então um banco de dados que unia essas duas bases, chamado Banco de Dados BIPE.

Em 1979, com a incorporação de registros dos acervos de duas outras bibliotecas, do Supremo Tribunal Federal e Ministério da Indústria e Comércio, iniciou-se a formação de uma rede de bibliotecas, chamada Rede SABI. A Rede foi crescendo e passou a ser composta por diversas bibliotecas do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, na esfera federal e distrital.

Entre 1980 e 1983 a Biblioteca do Senado e o Prodasen envolveram-se no desenvolvimento de um sistema de indexação. Nesse momento, começou a ser desenvolvido o Vocabulário Controlado Básico (VCB), que tinha como principais preocupações: o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento do vocabulário; a definição dos formatos de entrada e saída da base de dados; pesquisas a fontes bibliográficas (tesauros, vocabulários, dicionários, manuais de construção de tesouro); consultas a especialistas; alimentação da base de dados; emissão da primeira versão e sua análise crítica; inclusão de campo específico para código de classificação de assunto; colaboração das diversas bibliotecas da rede para estudo mais aprofundado de descritores das suas áreas de interesse.

O VCB foi desenvolvido a partir de uma listagem de cerca de 16.000 termos de indexação, retirados dos 150.000 documentos existentes no Banco de Dados BIPE. As seções de Processos Técnicos e de Periódicos ficaram responsáveis, na época, por excluir, incluir, alterar e estruturar os termos do VCB, visando a sua padronização com

o Vocabulário Controlado da Subsecretaria de Análise do Senado Federal, THES. Essa primeira revisão reduziu os 16.000 termos para cerca de 10.000 descritores autorizados.

Atualmente o VCB possui cerca de 9.690 termos. Há descritores de todos os campos do conhecimento científico, com maior ênfase nas Ciências Sociais, especialmente na área de Direito. Em 2010, quando o VCB possuía cerca de 9.250 termos, foi feito um levantamento das áreas do conhecimento que gerou os gráficos a seguir:

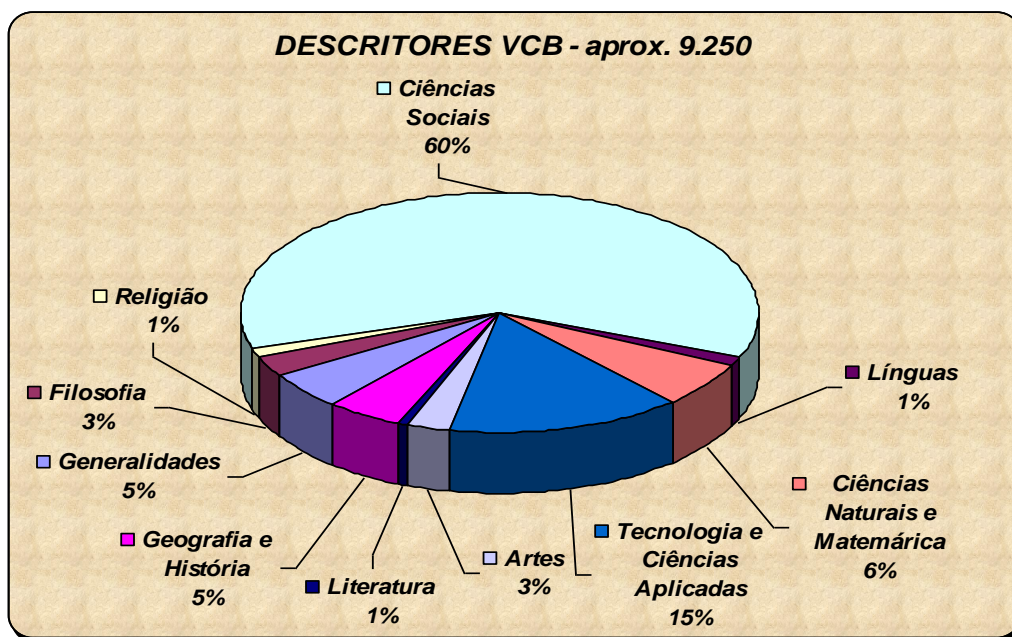


Figura 1: Porcentagem de descritores por área do conhecimento

A utilização do VCB, fonte básica de linguagem documental, visa manter a uniformidade na indexação de livros, publicações seriadas, artigos de periódicos e de jornais para que esses documentos possam ser recuperados com maior precisão.

Durante os anos de 1998 e 1999 realizou-se um estudo para implantação do novo software de gerenciamento de bibliotecas. O software escolhido foi o Aleph, que adota formato internacional de intercâmbio bibliográfico. O acesso à Internet deu início a uma nova fase da Rede SABI, que passou a ser denominada Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional – RVBI, com recursos que possibilitaram o acesso ao texto completo, áudio e imagem na recuperação dos documentos bibliográficos.

A Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional - RVBI surgiu com a intenção de aumentar o intercâmbio das informações entre as bibliotecas cooperantes. A

Biblioteca do Senado Federal, que coordena a Rede, procura consolidar as normas e padrões adotados na RVBI para manter a integridade e confiabilidade do sistema de informações, mantendo assim a qualidade das informações. Busca-se adotar normas e padrões internacionais para permitir o intercâmbio não só internamente, mas também com diversos países.

A RVBI é composta por 14 bibliotecas de órgãos federais e distritais: Advocacia Geral da União, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego, Procuradoria Geral da República, Prodasen, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Tribunal Superior do Trabalho. Cada biblioteca da Rede possui uma base administrativa com os dados particulares de sua coleção, usuários, fornecedores, etc. Essas bases, por sua vez, se compõem de vários registros interrelacionados e organizados de forma a atender às necessidades de informação dos usuários e a promover o intercâmbio e a interação dessas informações.

No momento da migração para o Aleph, procurou-se adequar as regras de catalogação do MARC 21, juntamente com a dedicação à atualização do Vocabulário Controlado Básico (VCB). A Rede tem a intenção de atualizar o vocabulário de modo a transformá-lo em um tesouro multidisciplinar, em língua portuguesa.

Em setembro de 1991, a então bibliotecária do Senado Federal Maria Eliza Nogueira Loddo realizou um diagnóstico e identificou as seguintes deficiências e limitações do VCB: descritores sem estrutura hierárquica; relação hierárquica confundindo-se com a relação associativa; indefinição de categorias e do tipo de notação para a hierarquização completa do vocabulário; falta de conexão das bases de dados com o vocabulário, limitando e dificultando as possibilidades de busca pelo usuário. À época, 4.619 descritores aguardavam estudo e sistematização. Ao longo dos anos, as principais deficiências do vocabulário não foram sanadas. O VCB foi sofrendo uma grande defasagem, causada pela carência de sistematização na sua atualização e pela inexistência de uma equipe exclusiva para sua manutenção.

Percebendo a complexidade da atividade, a Gerência da RVBI constatou, em 2001, a necessidade de criar um grupo de trabalho que envolvesse representantes de

bibliotecas da Rede para colaborar com os estudos, principalmente bibliotecários que trabalhassem com indexação e atendimento de referência. Em maio de 2002, o Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI, inicialmente denominado Grupo de Estudo do VCB, foi criado e seus integrantes participaram de cursos de metodologias de construção de tesouros para que assim pudessem conhecer alguns critérios básicos de construção e implementá-los no tesouro a ser criado. Foram feitas também análises e organização do conteúdo do VCB, definição da abrangência temática e elaboração do Projeto do tesouro, culminando na publicação das “Diretrizes para a construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI”.

4.2.2 Metodologias de manutenção/atualização

O tesouro da RVBI está sendo criado a partir dos termos já existentes no VCB. A utilização do VCB pelas bibliotecas cooperantes da Rede serviu para avaliar, enriquecer e definir o trabalho de construção do tesouro definitivo.

Em 2002, logo no início da criação do grupo, foram implementadas algumas ações para organizar os termos de modo a facilitar os estudos. Primeiramente foi feito um levantamento da frequência de utilização de cada termo do VCB a partir de pesquisas nas bases bibliográficas da Rede, com o objetivo de revisar os descritores com baixa frequência de uso. Para registrar a frequência dos termos na Base foi criado o campo 699 com subcampos a e b, onde são colocadas respectivamente a frequência e o login de quem está preenchendo esse dado. Quando a frequência do termo é igual ou inferior a 10, o número exato deve ser colocado no subcampo a. Se o valor for superior a 10, deve ser colocado o símbolo “++”.

Todos os termos foram classificados e/ou reclassificados pela Classificação Decimal de Dewey (CDD) da 21ª edição, ou no caso de termos da área de Direito, pela Classificação Decimal de Direito, de Dóris de Queiroz Carvalho.

A partir desta classificação, as grandes áreas de assunto foram definidas, com o objetivo de permitir a reunião de termos por grandes áreas do conhecimento e possibilitar sua revisão por áreas (“sub-bases”). Para o preenchimento destas sub-bases foi criado o campo BAS, demonstrado na figura abaixo juntamente com os campos de classificação e frequência de uso do termo.

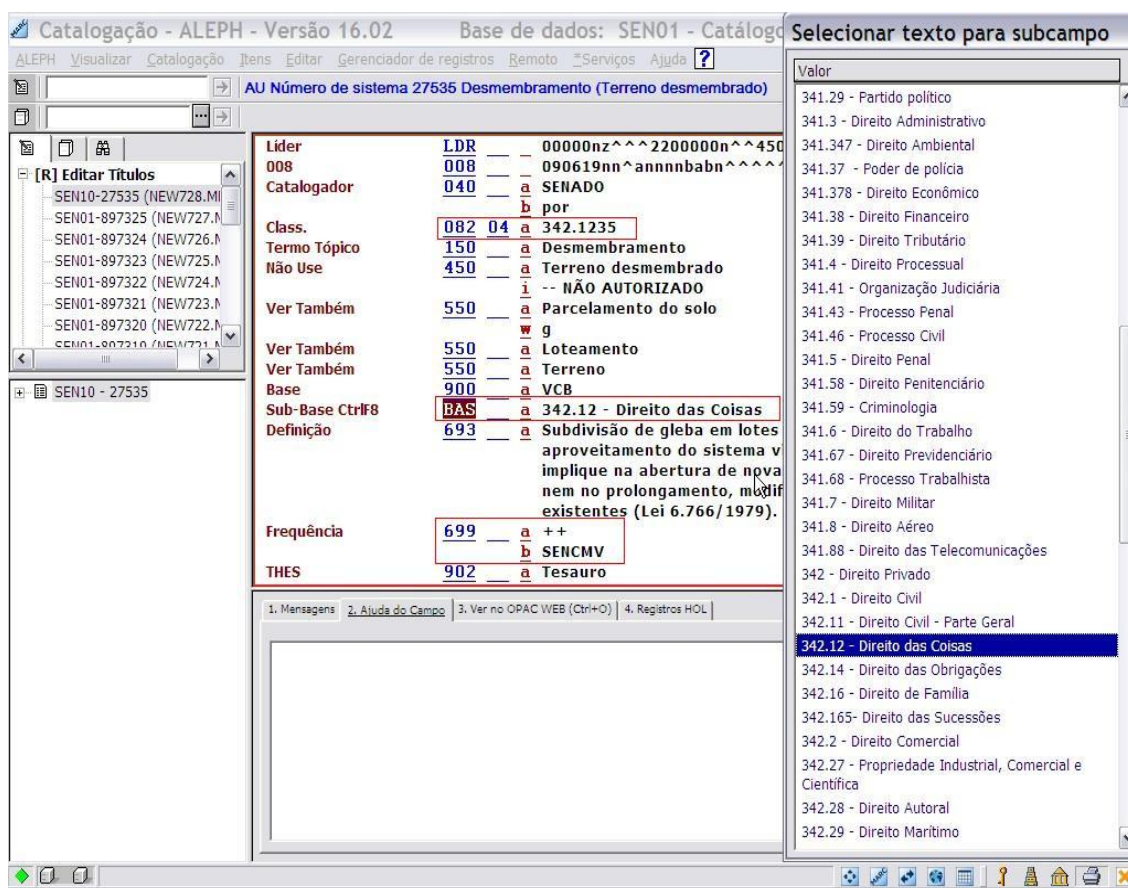


Figura 2: Demonstração dos campos de classificação, sub-base e frequência do termo

Além da divisão dos termos por grandes áreas foi definida também a abrangência temática do tesauro de acordo com as áreas de atuação e interesses de cada biblioteca da RVBI. Os temas foram divididos em áreas núcleos e periféricas. Como já citado anteriormente, as áreas núcleos são aquelas que devem ser tratadas com mais profundidade, enquanto as áreas periféricas são tratadas apenas superficialmente, de forma mais genérica. O mapa com a definição dessas áreas encontra-se no Anexo A.

Após a organização dos temas e classificação dos assuntos, o Grupo começou o estudo dos termos de acordo com as seguintes etapas:

Etapa 1: retirar todos os descritores geográficos do VCB;

Etapa 2: verificar os assuntos com baixa frequência e proceder da seguinte forma: deletar aqueles com frequência zero e atualizar os termos com baixa frequência de acordo com o desenvolvimento da linguagem;

Etapa 3: analisar e atualizar os descritores de acordo com a quantidade de documentos na Base. Termos com ocorrência entre 10 e 50 documentos poderiam ser substituídos. Quando houvesse mais de 50, seria decidido nas reuniões do grupo. O responsável pelo estudo faria as alterações na Base e incluiria no VCB a atualização terminológica (Ver, Ver também);

Ao realizar essas etapas, o grupo sentiu algumas dificuldades. Em reunião com a participação da maioria do grupo, decidiu-se que os geográficos seriam mantidos e, além disso, seriam incluídos todos os continentes e países. Só seria permitido incluir regiões, estados e capitais do Brasil. Os municípios não constariam no Vocabulário, podendo ser utilizados seguidos da sigla do estado entre parênteses, de acordo com o AACR2. Seriam excluídas do VCB as capitais de países, regiões e cidades de outros países, exceto os geográficos que necessitassem de notas explicativas.

Após ampla discussão, o grupo decidiu por não retirar os termos com frequência zero do VCB. As substituições e atualizações seriam efetuadas após a emissão de minivocabulários e analisados numa etapa seguinte, pelos respectivos responsáveis pelas áreas. Tal procedimento foi necessário uma vez que o Grupo manifestou não ser prudente eliminar descritores de áreas que não são da sua especialidade.

Devido às dificuldades iniciais na definição e revisão da metodologia, e com o objetivo de nivelar os conhecimentos dos integrantes do grupo, decidiu-se pela realização de cursos sobre metodologias de construção e uso de tesouros

Após a participação nos cursos, foram elaborados o *Projeto do Tesouro da RVBI* e o *manual de Diretrizes para a construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional - RVBI*, concluído em fevereiro de 2005. Ambos documentos serviram para direcionar os estudos e criar algumas regras que devem ser seguidas no momento em que o termo revisado ou criado é aprovado. Tanto o Manual quanto o Projeto do Tesouro estão disponíveis no Portal da Biblioteca do Senado Federal.

Com a criação do manual de diretrizes ficou decidido que os substantivos próprios, como nomes geográficos, não fazem parte do corpo principal do tesouro. Formam listas auxiliares e são utilizados como descritores ou associados a outros descritores. São previstas para o tesouro listas auxiliares de nomes geográficos, profissões e cargos, doenças, povos e idiomas. Essas listas possuem apenas relações de equivalência cruzada (USE e NÃO USE), não existindo relações hierárquicas ou associativas. Exceto no caso em que as relações hierárquicas facilitam a identificação do descritor, como ocorre na lista auxiliar de nomes geográficos

No final do ano de 2004, após intenso período de estudos teóricos sobre tesouro, o Grupo decidiu aplicar os conhecimentos e escolher uma área do VCB como teste piloto para a elaboração do Tesouro da RVBI. A área de Direito do Consumidor foi escolhida em novembro de 2004 por ter um universo mais restrito e estar, à época, pouco desenvolvida. Os estudos foram iniciados em 02/03/2005, com a seguinte metodologia:

- leitura da Lei 8078/90 para identificação de conceitos relevantes – inicialmente em conjunto, depois dividido em subgrupos para agilizar o trabalho;
- elaboração, pela Gerência, de listagem com os conceitos identificados, por capítulo da Lei;
- revisão, em reunião, dos conceitos identificados: seleção de conceitos significativos e eliminação de conceitos “vazios”;
- elaboração, pela Gerência, de listagem alfabética dos conceitos selecionados.
- distribuição dos conceitos entre os integrantes do Grupo, sendo que os conceitos básicos da Lei, constantes no Título I, Capítulo I, couberam à Gerência;
- definição de formulário para estudo de cada termo (ficha terminológica);
- apresentação, em reunião, dos conceitos estudados por cada integrante, justificando a criação ou não do descritor.
- convenções para notação da estruturação dos termos: asterisco para termos já existentes no VCB e itálico para proposta de novo relacionamento entre termos

À medida que os estudos avançaram, o Grupo eliminou outros conceitos selecionados, em sua maioria por serem sinônimos de outros já estudados ou por serem irrelevantes para criação, e novas redistribuições foram necessárias.

O estudo piloto permitiu implantar, testar e avaliar uma nova metodologia de trabalho, que apresentou resultado muito positivo na organização e produtividade do Grupo. Os integrantes adquiriram maior segurança nos estudos dos termos, a partir do exercício constante de pesquisa, definição dos conceitos e estruturação dos termos. As participações de especialistas em Direito foram muito importantes nesse estudo devido ao conhecimento da área.

Em 2009 foram detectados 1.633 termos sem estrutura hierárquica no VCB, também chamados de termos órfãos. Desde este ano os estudos estão mais voltados para esses termos órfãos e termos sugeridos à medida que aparecem solicitações na Base SEN 12, base onde são registradas as sugestões.

Em 2010 o grupo discutiu sobre as ocasiões em que a definição do termo deveria ser incluída na Base SEN10. Ficou decidido que devem ser incluídas as definições daqueles termos considerados menos comuns ao indexador não especialista ou leigo. Nas impressões em papel, a definição não será incluída, ficando apenas na versão online, para auxiliar na indexação e na ficha terminológica de cada termo.

A Nota Explicativa (NE) deve ser usada no tesauro para orientar o uso do termo na sintaxe de indexação, como por exemplo, associações com outros descritores. Não deve ser confundida com a definição de dicionário, pois esta deverá aparecer no campo Definição (DEF.), com o objetivo de delimitar a abrangência do seu conceito. Não é necessário incluir definição em todos os termos do tesauro, pois em alguns casos suas estruturas hierárquicas e relações semânticas são suficientes para estabelecer seu contexto.

Mesmo após a criação do Grupo de Estudo do Tesauro da RVBI, por conta da dimensão do VCB e do tempo limitado que os integrantes do Grupo têm para se dedicar ao estudo dos termos, algumas deficiências do VCB são perceptíveis. Os principais problemas ainda existentes são: descritores sem estruturas hierárquicas e relação hierárquica confundindo-se com a relação associativa. Essas questões estão sendo

sanadas na medida do possível. Os estudos têm sido mais voltados para os termos órfãos, mas ao estudar um termo órfão é necessário observar todos os termos relacionados a ele e, muitas vezes é feita a revisão e reestruturação destes termos relacionados. Na ficha terminológica há um tópico próprio para a revisão desses termos, o que será visto mais à frente.

4.2.3 As reuniões

O Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI foi criado sob a coordenação do Serviço de Gerência da RVBI, esse setor é responsável por fazer o levantamento dos termos que devem ser estudados, agendar as reuniões de acordo com a disponibilidade dos integrantes, elaborar a pauta e ata das reuniões etc. As reuniões são realizadas na Biblioteca do Senado Federal. Procura-se agendá-las sempre em intervalos regulares – semanais ou quinzenais – o que nem sempre é possível, já que os integrantes do Grupo possuem outras atividades.

Há uma rotatividade considerável entre os bibliotecários do grupo. Isso acontece principalmente devido à carga de trabalho, que acaba deixando a pessoa impossibilitada de estudar os termos com mais dedicação e até mesmo participar das reuniões. A imagem abaixo mostra a relação do número de participantes do Grupo entre os anos de 2002 e 2010.

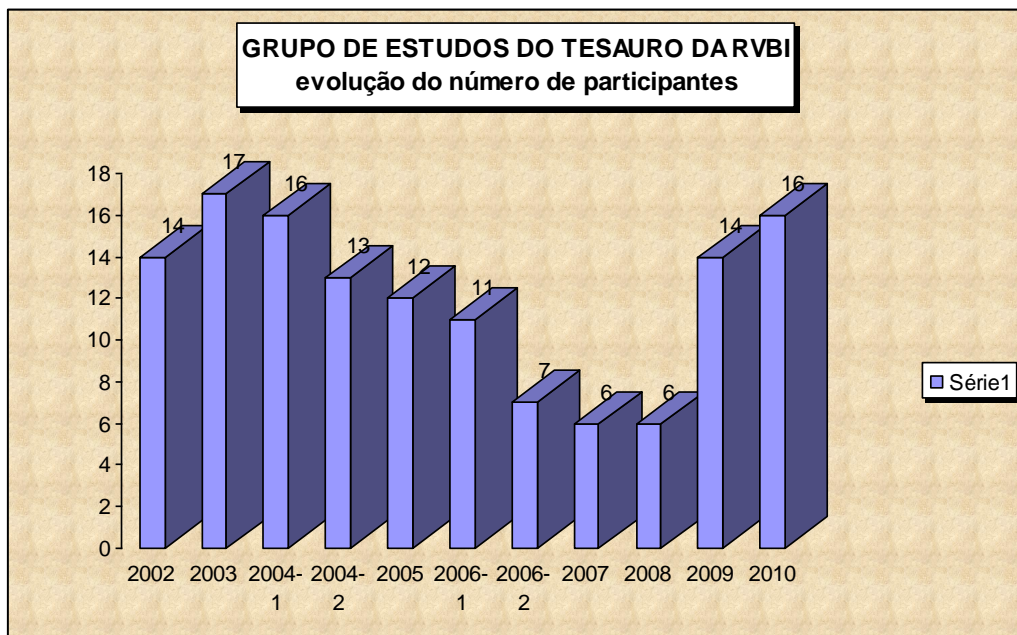


Figura 3: Relação do nº de participantes do grupo de estudos

Alguns anos aparecem duas vezes no gráfico, isso acontece porque à medida que o grupo desenvolveu seus estudos, um ou outro representante de um órgão acabava sendo substituído. Assim, o conhecimento dos participantes ficava desnivelado. Em 2004, a Gerência da RVBI decidiu então que seria necessário dividir os estudos em dois grupos. O primeiro, composto por pessoas que têm mais experiência com as metodologias do VCB e o segundo, por pessoas que estão iniciando os estudos. A mudança de um membro do grupo 2 (iniciantes) para o grupo 1 (avançados) ocorre conforme a compreensão e familiaridade com as metodologias. Há momentos em que o conhecimento de ambos os grupos volta a ficar nivelado, é quando o grupo passa a ser um só novamente.

Sempre que é criado um grupo de “iniciantes”, são dados alguns treinamentos com diretrizes básicas da construção e atualização de um tesauro. Esses treinamentos visam explicar as metodologias e objetivos do grupo e como devem ser aplicadas as relações hierárquicas, partitivas e associativas. Nos primeiros encontros costuma-se fazer alguns exercícios em grupo, para que os membros possam tirar todas as suas dúvidas.

Assim que a data da reunião é definida, a Gerência envia um e-mail para todos integrantes do grupo com os termos que cada um fica responsável por estudar e

apresentar e, a ata e pauta da reunião anterior para que os participantes possam relembra as decisões e pendências. No Anexo B foram disponibilizados modelos de pauta e ata de reunião.

Quando a divisão dos termos é enviada, fica estabelecida uma data em que os integrantes devem mandar a ficha terminológica para que possam ser revisadas pela Gerência antes da reunião. Assim que todos os termos são revisados, um e-mail é enviado a todos com a ficha terminológica de cada termo.

Todas as reuniões são iniciadas com a leitura da ata da última reunião, seguida da apresentação e discussão de cada termo. As alterações feitas durante a reunião são anotadas na própria ficha terminológica para posteriormente serem salvas no arquivo do computador e inseridas na Base SEN10. Os termos que ficam pendentes são anotados na pauta para que na reunião seguinte voltem a ser discutidos.

Atualmente o grupo é formado por 17 bibliotecários e uma estagiária. Das 14 bibliotecas integrantes da Rede cinco não possuem nenhum representante no grupo de estudos por falta de pessoal. O Senado Federal tem cinco representantes, sendo duas bibliotecárias e uma estagiária da Gerência da RVBI, uma bibliotecária da referência e uma da catalogação de livros. Um dos bibliotecários da Gerência é responsável por coordenar a reunião e anotar as alterações na ficha terminológica enquanto o outro faz as anotações para elaborar a ata da reunião.

A ficha terminológica, criada em 2004 com o objetivo de registrar os termos estudados, foi sendo simplificada cada vez mais, de modo a facilitar o preenchimento deixando apenas as informações relevantes. Nos tópicos a seguir detalham-se os aspectos relativos aos termos órfãos e termos sugeridos e como deve ser preenchida a ficha terminológica de cada um deles.

4.2.4 Termos órfãos

A distribuição dos termos órfãos é feita segundo os assuntos de interesse da instituição e/ou especialização de cada integrante. Por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho costuma ser responsável por termos do direito do trabalho, o Superior Tribunal Militar por direito militar e assim por diante. A divisão desses termos por área é feita segundo a classificação por grandes áreas (sub-base).

Para os termos órfãos é adotada a seguinte política: aqueles com ocorrência zero são excluídos, mas se há ao menos uma ocorrência, é necessário fazer um estudo mais aprofundado para decidir sua exclusão ou permanência. Termos com ocorrência entre 1 e 5 podem ser substituídos por outros termos mais adequados. Quando há mais de 5 ocorrências a decisão em substituir ou não, cabe ao grupo todo, durante a reunião.

Aos termos substituídos é inserida a remissiva de termo não autorizado, que o remete diretamente para o termo autorizado. Os termos excluídos são retirados do VCB, sendo registrados apenas na ficha terminológica, acompanhado da justificativa de sua exclusão.

Todo termo estudado, seja ele órfão, sugerido, ou apenas reestruturado, requer o preenchimento da ficha terminológica para melhor análise dos dados de acordo com os tópicos a serem preenchidos, além de ser um meio de registro do estudo para posterior verificação. A Figura 4 representa o modelo padrão da ficha terminológica. Uma ficha terminológica preenchida encontra-se no Anexo C. Trata-se do estudo de um termo que foi substituído.

	Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI Tesouro RVBI FICHA TERMINOLÓGICA SIMPLIFICADA				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Termo: <input type="checkbox"/> NOVO <input type="checkbox"/> EXISTENTE</p> <p>Resultado: <input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> NÃO APROVADO <input type="checkbox"/> ALTERADO</p> </div>					
Estudado por: Apresentado em:					
1 FONTES PESQUISADAS					
1.1 BASES DE DADOS E FONTES ELETRÔNICAS					
1.1.1 Ocorrências do termo na base de dados da RVBI:					
"termo pesquisado": XX (título) / XX (assunto) / XX (todos os campos)					
1.1.2 Fontes eletrônicas:					
Google:					
"termo pesquisado": XX (páginas em português) / XX (páginas do Brasil)					
2 TESAuros / VOCABULÁRIOS CONTROLADOS					
2.1 VCB					
SIM <input type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> ____					
2.2 OUTROS TESAuros					
2.2.1 Pesquisa negativa:					
2.2.2 Pesquisa positiva: ... (estruturas no Anexo)					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%;">Termo</th> <th style="width: 50%;">Tesouro/fonte</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="height: 20px;"> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>		Termo	Tesouro/fonte		
Termo	Tesouro/fonte				
3 DEFINIÇÕES ETC.					
4 ANÁLISE / JUSTIFICATIVA					
5 ESTRUTURAÇÃO DO TERMO					
... NÃO USE [em ordem alfabética] TG TE [em ordem alfabética] TR [em ordem alfabética] CDD DEF.					
6 ALTERAÇÕES DE TERMOS EXISTENTES NO VCB					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%;">COMO ESTÁ NO VCB</th> <th style="width: 50%;">REESTRUTURAÇÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="padding: 5px;"> Cassação de mandato NÃO USE Cassação de mandato eletivo Cassação de mandato parlamentar TG Poder legislativo Mandato eletivo TR Poder executivo CDD 341.2534 </td> <td style="padding: 5px;"> Cassação de mandato NÃO USE Cassação de mandato eletivo Cassação de mandato parlamentar TR Mandato eletivo Poder executivo Poder legislativo CDD </td> </tr> </tbody> </table>		COMO ESTÁ NO VCB	REESTRUTURAÇÃO	Cassação de mandato NÃO USE Cassação de mandato eletivo Cassação de mandato parlamentar TG Poder legislativo Mandato eletivo TR Poder executivo CDD 341.2534	Cassação de mandato NÃO USE Cassação de mandato eletivo Cassação de mandato parlamentar TR Mandato eletivo Poder executivo Poder legislativo CDD
COMO ESTÁ NO VCB	REESTRUTURAÇÃO				
Cassação de mandato NÃO USE Cassação de mandato eletivo Cassação de mandato parlamentar TG Poder legislativo Mandato eletivo TR Poder executivo CDD 341.2534	Cassação de mandato NÃO USE Cassação de mandato eletivo Cassação de mandato parlamentar TR Mandato eletivo Poder executivo Poder legislativo CDD				
7 ANEXOS ... (estruturas encontradas em outros tesouros)					

Figura 4: Ficha terminológica padrão

O preenchimento da ficha terminológica segundo seus tópicos deve ser feito da seguinte forma:

- Termo: existente, por ser um termo que já existe no VCB, mas precisa ser estudado por não ter nenhuma relação;

- Resultado: este item só é assinalado ao final da reunião, quando o grupo decide se o termo foi aprovado, não aprovado ou aprovado e alterado;

- Ocorrência do termo na base de dados RVBI: aqui é feita a pesquisa do termo dentro da base para saber a ocorrência em todos os campos, no título e no assunto. Muitas vezes é necessário utilizar os operadores booleanos para refinar a pesquisa e encontrar ocorrências relativas apenas ao termo em estudo;

- Fontes eletrônicas: é feita uma pesquisa em sites de busca como o Google para saber frequência de uso dos termos nos documentos disponíveis na web;

- VCB: sim, o termo está presente no VCB;

- Outros tesouros: é feita uma consulta a outros tesouros para saber como o termo estudado está relacionado. Quando o termo não é encontrado em um dos tesouros, a forma procurada deve ser registrada seguida do nome do tesouro na “pesquisa negativa”. A indicação de “pesquisa negativa” é importante para evitar duplicidade de trabalho pela Gerência em fontes já pesquisadas. Se o termo for encontrado, mesmo com formas diferentes (outra língua, plural/singular, masculino/feminino...), deve ser registrada na “pesquisa positiva” a forma encontrada seguida da fonte do tesouro. As relações encontradas nos tesouros devem ser anexadas ao final da ficha terminológica. Os tesouros a serem consultados estão listados em uma bibliografia de tesouros criada pela Gerência da Rede, disponível no Anexo D.

- Definições etc.: colocar as definições encontradas de acordo com o significado do termo dentro do vocabulário;

- Análise/justificativa: a pessoa responsável pelo estudo do termo deve analisar e justificar a permanência, exclusão ou alteração do termo, com base nos dados preenchidos nos tópicos acima.

- Estruturação do termo: apresentar a nova estrutura do termo, incluindo as relações, classificação e, quando necessárias, a nota explicativa e definição;
- Alterações de termos existentes no VCB: alterações de termos relacionados ao termo órfão estudado, principalmente daqueles em que há confusão nos tipos de relacionamento;
- Anexos: registros das estruturas encontradas em outros tesouros.

4.2.5 Termos sugeridos

Os termos sugeridos são registrados no software de gerenciamento da Rede, o Aleph. Todas as bibliotecas integrantes da Rede têm acesso à base SEN12, também chamada de base de sugestões. Nela podem ser sugeridas a inclusão ou alteração de descritores, nomes pessoais, nomes de entidades, títulos uniformes e tratados, e especificadores. A base SEN12 é alimentada, principalmente, pelos catalogadores e indexadores da RVBI e tem o objetivo de registrar a solicitação de termos não existentes no VCB, mas necessários para a recuperação da informação bibliográfica.

A planilha de solicitações deve possuir alguns campos que servem para subsidiar o estudo do termo: definição do contexto no qual se inserem, notas explicativas, justificativas, nome do indexador e da data de solicitação, indicações das relações, fontes consultadas (dicionários, glossários, vocabulários, tesouros etc.) precedidas de informação sobre o resultado da pesquisa. É necessário, também, indicar as referências bibliográficas dos livros ou artigos da base que suscitaram a necessidade de uso do termo.

A ficha terminológica dos termos sugeridos é bem parecida com a dos termos órfãos, à ela é acrescentado apenas o anexo da planilha de solicitação preenchida na SEN12 e no caso de termos a serem alterados acrescenta-se também a estrutura encontrada no VCB.

Até o ano de 2005 a Gerência selecionava, pesquisava e transcrevia os termos da base de Sugestões para a ficha terminológica. A ficha era encaminhada para os integrantes do grupo e analisada em reunião. No início de 2006, a Gerência passou a distribuir os termos para cada integrante do grupo onde eles mesmos fazem a transcrição para ficha terminológica, estudo, pesquisa e apresentação dos termos. O agendamento das apresentações é feito antecipadamente, durante as reuniões do grupo. A Gerência da RVBI seleciona as sugestões/solicitações a partir da data de inclusão na base SEN12, desde que estejam preenchidas de acordo com as recomendações.

Após cada reunião, os termos autorizados são incluídos na base SEN10 – Autoridades/VCB, sendo comunicado a todas as bibliotecas da RVBI, por e-mail, os novos termos disponibilizados.

A partir dos estudos da base de sugestões, muitos termos do VCB foram alterados e/ou corrigidos, de forma a não perder as informações encontradas durante as pesquisas. Sendo assim, diversos tipos de alterações foram introduzidos, como: correções de relações hierárquicas e associativas; inclusões de novos relacionamentos, definições e/ou notas explicativas e até exclusões de termos cuja conceituação encontrava-se duplicada no VCB. O estudo dos termos novos contribui para a prática da construção de tesouros, uma vez que se constituiu em uma boa oportunidade de discutir conceitos, definições e as relações de cada termo estudado.

4.2.6 Software de gerenciamento do tesouro

O software utilizado pela RVBI não possui módulo de gerenciamento de tesouro, todo o trabalho é feito manualmente, inclusive as relações recíprocas. Esse trabalho exige muita atenção, para não agravar as situações de incoerência já existentes na base VCB. A falta de um software gerenciador é um fator crítico que precisa ser solucionado.

Em 2005 foi apresentado à Gerência, em reunião no Prodasen, uma proposta de estruturação do software *Multites*, cujo custo seria mais viável do que o

desenvolvimento de um novo software. Tendo em vista algumas incompatibilidades nos campos, a Gerência solicitou algumas alterações, mas não houve retorno.

Durante treinamento ministrado pela Ex-Libris, no mês de agosto, no Senado Federal, foi apresentado à Gerência o módulo de tesouro do software *Alephino*, desenvolvido na Alemanha. Ele possui diversas funcionalidades adequadas ao funcionamento de um tesouro, apesar de ainda não estar totalmente adaptado ao MARC21. A Rede recebeu a versão de demonstração para testes mas não pôde prosseguir com as atividades devido a falta de campos relacionais do MARC21 e ausência de pessoal da empresa do software para manutenção e acompanhamento.

Sendo assim, permanece a situação de indefinição sobre o software a ser utilizado no gerenciamento do tesouro da RVBI. O VCB tem sido alimentado manualmente, termo por termo, relação por relação, tarefa morosa que demanda muita atenção e que não pode ser executada por um digitador, face à complexidade da mesma.

Na tentativa de aproveitamento futuro do trabalho que está sendo realizado, a Gerência criou campo na base do VCB, preenchido com a expressão “Tesouro” nos termos novos, o que poderá facilitar a exportação desses termos para o software definitivo.

4.2.7 Consolidação dos resultados

Após a análise dos textos da revisão de literatura e do estudo de caso, foi possível consolidar um conjunto de recomendações, sistematizadas no quadro 2, em que dividem-se as recomendações dos autores em etapas. Em cada etapa foram colocadas recomendações que possuem alguma relação. A ordenação dessas etapas foi feita de acordo com ordem das atividades na Rede RVBI para que assim possam ser comparadas as recomendações teóricas com os procedimentos adotados na Rede.

Quadro 2: Recomendações dos autores divididas em etapas

Etapas	Recomendações teóricas
1ª Etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação através de notações para localização do assunto de forma abreviada (LANCASTER, 1987); - Separar as áreas de assunto em centrais e periféricas, e observar o volume da literatura e tamanho do acervo (AITCHISON, 1979).
2ª Etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar os conceitos de acordo com a ocorrência na literatura (DODEBEI, 2002); - Verificar as diferenças conceituais entre os termos já estruturados e os termos novos retirados do contexto do documento (GOMES, 1990). - Construir hierarquias com base nos domínios específicos e periféricos (CINTRA <i>et al.</i>, 2002);
3ª Etapa	<ul style="list-style-type: none"> - O alcance dos termos deve ser restrito aos significados do domínio do vocabulário (ANSI/NISO Z39.19, 2005); - Combinar o uso da linguagem natural, o idioma dos usuários e as preferências da instituição para selecionar os termos autorizados (ANSI/NISO Z39.19, 2005); - Adequar a linguagem ao perfil do usuário (DODEBEI, 2002); - Qualquer usuário deve conseguir alcançar os termos (ANSI/NISO Z39.19, 2005).
4ª Etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer políticas e procedimentos para a revisão periódica da terminologia, criação de termos e substituição de termos obsoletos (ANSI/NISO Z39.19, 2005); - Definir se o termo excluído continuará no vocabulário com alguma marcação que o diferencie ou se ele será completamente eliminado (ANSI/NISO Z39.19, 2005); - Os indexadores e pesquisadores devem propor alterações das condições existentes, explicando a lógica e fornecendo documentação de apoio para as alterações propostas (ANSI/NISO Z39.19, 2005).
5ª Etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Cada novo termo admitido no tesouro deve possuir uma ficha individual (IBICT, 1984; DODEBEI, 2002; ANSI/NISO Z39.19, 2005).

Fonte: Autoria própria

1ª Etapa:

Lancaster (1987) afirma que o uso de notações nos vocabulários controlados nem sempre é necessário, a não ser que se pretenda facilitar a localização do assunto. Em tesouros multidisciplinares ou tesouros de grande extensão o uso de notações é válido, pois facilita a análise do termo por áreas de assunto.

Antes de iniciar o estudo dos termos, o grupo de estudos da RVBI resolveu organizá-los. Primeiramente foi feita a classificação dos termos segundo a CDD e Classificação Decimal de Direito, e a criação de grandes áreas de assunto, também chamadas de Sub-bases. A partir destas divisões foi possível analisar as necessidades

das bibliotecas e o tamanho do acervo em cada área de assunto. Com esses dados criou-se o mapa de áreas núcleos e periféricas, que define a profundidade em que cada área será desenvolvida para que não sejam criados termos desnecessários e facilita a visualização conceitual dos termos.

2ª Etapa:

À exemplo do teste piloto na área de direito do consumidor, os conceitos são retirados das principais fontes relacionadas ao tema. São consultados também os dicionários e tesouros especializados na área estudada para definir como os termos serão estruturados.

As relações do VCB são elaboradas de acordo com a divisão das áreas núcleos e periféricas, pois essas áreas colaboram com a contextualização do termo, reduzindo seu significado para determinada área. Assim, fica mais difícil causar confusão entre o contexto do documento de onde o termo foi retirado e as relações já estruturadas.

3ª Etapa:

No momento em que o indexador atribui um termo do VCB a um documento é possível ver todas as relações do termo, a classificação e, em alguns casos, a nota explicativa, que serve para orientar o uso do termo na sintaxe da indexação. Todos estes recursos ajudam o indexador a usar o termo de acordo com seu significado no vocabulário.

A ficha terminológica de cada termo é preenchida com a quantidade de ocorrências no campo título e em “todos os campos”, que inclui o resumo e notas de conteúdo (linguagem natural), no campo assunto (preferências da instituição) e pesquisas em fontes eletrônicas (idioma dos usuários). Entre os termos consultados em todos esses meios, aqueles que não forem selecionados como termos autorizados deverão ter remissiva de termo não preferido;

A falta de um software de gerenciamento de tesouros impede que sejam feitas cadeias de sinônimos na recuperação de documentos. A remissiva dos termos não-

autorizados funciona apenas na indexação, o que dificulta ao pesquisador alcançar os termos preferidos e recuperar o que deseja.

4ª Etapa:

As reuniões do grupo de estudos são realizadas, sempre que possível, em intervalos regulares, semanais ou quinzenais. A política de revisão e criação de termos no VCB baseia-se na frequência de uso dos termos. Decisões relativas à exclusão e substituição do termo estão diretamente ligadas à quantidade de documentos em que o assunto aparece. Assim como a criação de um termo, por meio da Base de sugestões, depende de informações que justifiquem a necessidade do uso do termo. Essa política segue a garantia literária, como é recomendado por Dodebei (2002), pois a análise de frequência de uso é feita em campos de linguagem natural, representados pelo campo “título” e “todos os campos” (resumo e nota de conteúdo).

O termo substituído continua no tesauro como termo não autorizado e é remetido ao termo autorizado, ou seja, o termo que o substituiu. O termo excluído é completamente eliminado no VCB, seu registro é mantido apenas na ficha terminológica, acompanhado da justificativa de sua exclusão;

As propostas de alteração ou criação de termos são feitas eletronicamente na base de sugestões (SEN12) por meio de uma planilha onde devem ser preenchidas informações que subsidiem a proposta.

5ª Etapa:

As fichas terminológicas são usadas no VCB para o estudo de termos novos e termos revisados. Servem para facilitar as alterações do termo de acordo com a análise dos dados preenchidos e como registro das decisões para posteriores análises.

Ao sintetizar as etapas para manutenção de um tesauro, percebe-se que muitas recomendações encontradas em fontes da literatura foram colocadas em prática na Rede RVBI. Além dessas, outras atividades desenvolvidas para atualização do tesauro da Rede podem ser aplicadas em outros tesauros, como por exemplo:

- Participação em cursos para aprofundar e uniformizar o conhecimento de todos os integrantes do grupo de estudos.

- Criação do Projeto de Tesouro da RVBI onde estão descritos os objetivos, metodologias, padrões adotados, gerenciamento e cronograma das etapas.

- Criação das Diretrizes para construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional – RVBI onde estão explícitas detalhadamente todas as regras do tesouro.

- Estudo de uma área pouco desenvolvida que funcionou como teste-piloto para aplicar o que foi estudado nos cursos. Este estudo foi desenvolvido conforme as diretrizes já estabelecidas.

- Realização de reuniões com representantes de cada biblioteca usuária do tesouro para que as decisões sejam estabelecidas de acordo com as necessidades de todas as bibliotecas.

5 Considerações finais

A descrição das recomendações teóricas juntamente com as atividades desenvolvidas na prática possibilita que as informações sobre o desenvolvimento de um tesouro fiquem mais detalhadas e claras. Lendo apenas as recomendações encontradas nas diversas fontes o entendimento torna-se bastante subjetivo. O profissional que adquire o conhecimento das metodologias desenvolvidas na prática torna-se capaz de adequar os métodos às suas necessidades.

O fato da pesquisadora deste trabalho fazer parte do Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI colaborou para que as informações fossem bastante completas, mas ao mesmo tempo influencia na análise das fontes da revisão de literatura. A assimilação dos conhecimentos já vistos na prática é muito mais rápida enquanto algumas outras atividades citadas nas fontes e consideradas importantes podem ter sido passadas despercebidas devido à falta de informações que despertem a assimilação.

Os resultados obtidos neste trabalho podem auxiliar na manutenção e atualização de tesouros, de maneira geral. No entanto, o estudo de outras experiências, em outras instituições, poderá contribuir para a complementação das informações que coletamos em nossa pesquisa.

Referências

AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan. *Manual para construção de tesouros*. Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1979. 142 p.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS ORGANIZATION – ANSI. *ANSI/NISO Z 39.19: 2005: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda: NISO Press, 2005. 176p.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

DIRETRIZES para construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas: Congresso Nacional: RVBI. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007. 76 p.

CINTRA, A.M.M. *et al. Para entender as linguagens documentárias*. 2 ed. São Paulo, Polis, 2002.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. *Do mito à análise documentária*. São Paulo: EDUSP, 1990.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação* : Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 101-107, 1978.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2002.

GOMES, Hagar Espanha (Org.). *Manual de elaboração de tesouros monolíngües*. Brasília, DF: PNBU, 1990.

IBICT. *Diretrizes para a elaboração de tesouros monolíngües*. Brasília, IBICT, 1984. 70p.

ISO 1087. *Principes de terminologie*. Génève: ISO, 1990.

LANCASTER, F. W. *Construção e uso de tesauros: curso condensado*. Brasília, IBICT, 1987.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2 ed. Brasília, Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, João Alberto de Oliveira. Pesquisa-ação em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 63-82.

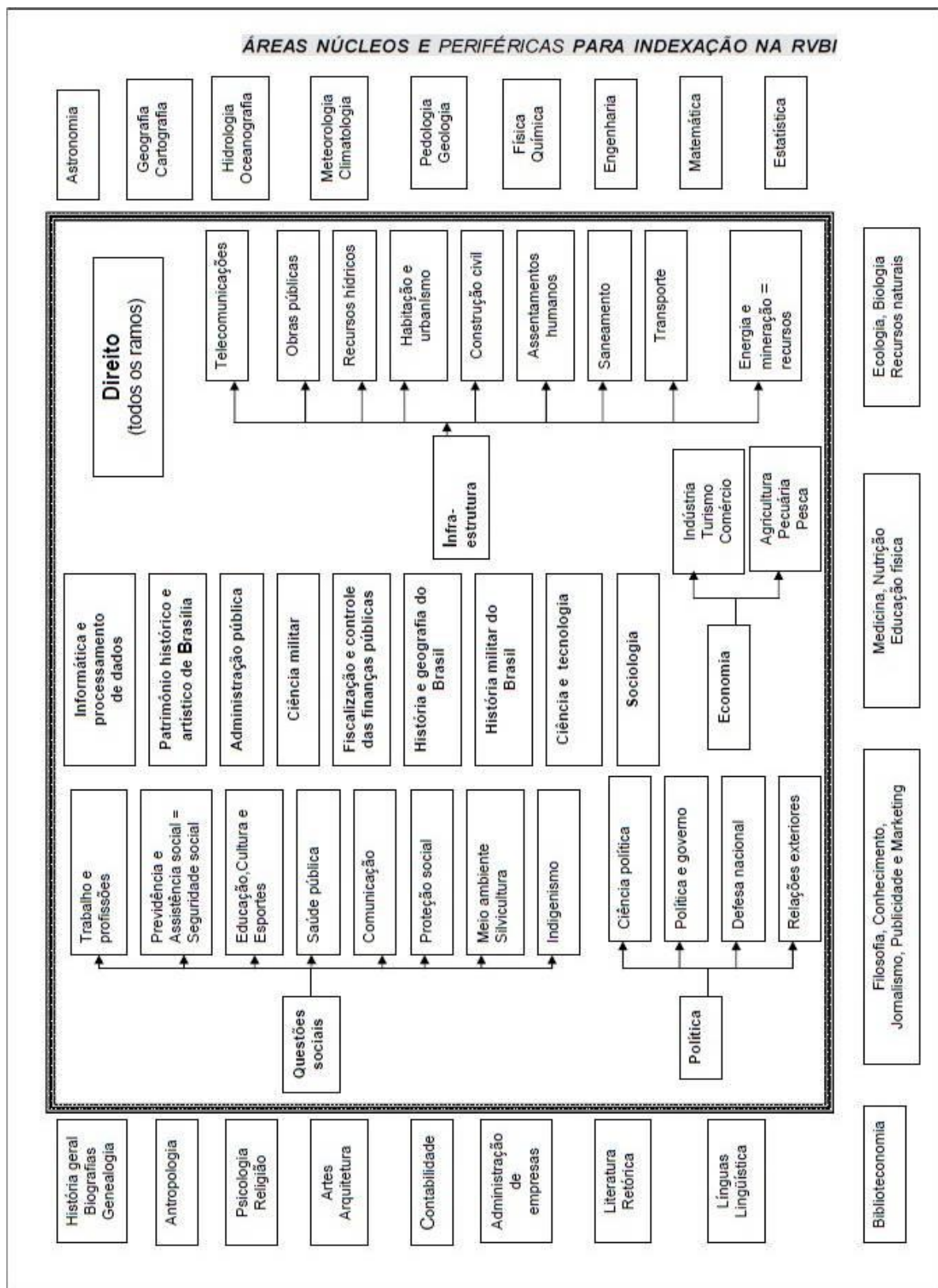
LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, v.31, n.1, p. 41-52, jan./abr. 2002.

LEMOS, Maria Lúcia Vilar de. Desenvolvimento de um vocabulário controlado na Biblioteca do Senado Federal. *Ciência da Informação*, v.15, n.2, p. 155-158, jul./dez. 1986.

MOREIRA, Manoel Palhares; MOURA, Maria Aparecida. Construindo tesauros a partir de tesauros existentes: a experiência do TCI – Tesouro em Ciência da Informação. *Datagramazero*, v.7, n.4, ago. 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa de divisão das áreas núcleos e periféricas



ANEXO B – Modelo de pauta e ata de reunião



Senado Federal
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho
Gerência da RVBI
Grupo do Tesouro da RVBI

Pauta para a Reunião de 29/09/2010

1. Leitura de minuta da ata da reunião de 18/08/2010

2. Assuntos gerais

3. Estudo especial:

✓ “Direito eleitoral” / Responsável

4. Termos pendentes

✓ Xadrez / Responsável

5. Termos “órfãos” do VCB

✓ Impeachment / Responsável [pendente]

✓ Cessão fraudulenta / Responsável

Contrato ... / Responsável

✓ Poupança e investimento / Responsável

Privilégio (direito civil) / Responsável

Privilégio (direito comercial) / Responsável

Privilégio (direito público) / Responsável

✓ Terreno / Responsável

✓ Terreno baldio / Responsável

✓ Terreno desmembrado / Responsável



Senado Federal
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho
Gerência da RVBI
Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI

Ata da Reunião do Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI, realizada em 29/09/2010

Presentes: Nome do integrante (Órgão) ...

A reunião foi iniciada com a leitura e aprovação da ata do dia 09 de junho de 2010.

A seguir, foram apresentados e analisados os termos órfãos agendados para a reunião, conforme detalhamento em ANEXO.

A componente do Grupo 1, "Nome da integrante", participou como convidada especial com o objetivo de demonstrar a metodologia utilizada no estudo dos termos de "Direito eleitoral", que estão sob sua responsabilidade. Ela expôs os avanços já realizados nos estudos, informando que o **Glossário eleitoral**, do TSE, tem sido muito útil na definição das relações.

Durante a sua exposição, "Nome da integrante" prestou depoimento sobre a importância de se aproveitar a oportunidade para verificar a estrutura da cadeia completa dos termos em estudo, afirmando que essa atitude é fundamental para o alcance dos propósitos do Grupo do tesouro. Acrescentou que essa metodologia resultou na estruturação de 65 termos a partir do termo "Direito eleitoral". Por fim, disse ter sugerido a criação do termo "Eleição distrital". Como os estudos estão manuscritos e ficaram muito extensos, as relações serão incluídas diretamente na base SEN10, com a ajuda de "Nome da integrante". "Nome da integrante" sugeriu a utilização do software Multites para facilitar esse trabalho.

Na sequência foram distribuídos novos termos aos participantes: "Nome do integrante" ficou com a cadeia completa de "Dívidas"; "Nome da integrante" continuará com "Contratos"; "Nome da integrante" selecionou o termo "Preterdolo" e para "Nome da integrante" ficaram agendados os termos "loga" e "Meditação".

"Nome da integrante" informou que já enviou para a Gerência as versões finais das fichas dos termos "Banimento", "Alienação fraudulenta" e "Conluio".

Em relação ao termo "Poupança e investimento", a sugestão de "Nome da integrante" foi no sentido de que "Nome da integrante" consulte especialistas no assunto, tendo em vista a confusão entre os termos "poupança", "poupança e investimento" e "operação financeira".

A ficha do termo "Impeachment", sob responsabilidade de "Nome da integrante", foi lida por "Nome da integrante", sendo o termo aprovado e reestruturado.

Em seguida, "Nome da integrante" expôs as evoluções dos seus estudos sobre os termos ligados a "contrato", afirmando que na próxima reunião do grupo apresentará o estudo final.

A próxima reunião do Grupo ficou prevista para o dia 15 de setembro de 2010, às 14h, na Biblioteca do Senado.

Nome da integrante (Órgão)	_____Assinatura_____
Nome da integrante (Órgão)	_____Ausente_____
Nome da integrante (Órgão)	_____
Nome da integrante (Órgão)	_____Ausente_____
Nome da integrante (Órgão)	_____
Nome da integrante (Órgão)	_____
Nome da integrante (Órgão)	_____Ausente_____
Nome da integrante (Órgão)	_____



Senado Federal
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho
Gerência da RVBI
Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI

ANEXO à Ata da Reunião do Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI, realizada em 29/09/2010

➤ **Resumo dos termos órfãos estudados:**

Conceito/termo		Resp.	Resultado
1.	Cessão fraudulenta	Nome (Órgão)	- EXCLUÍDO - OS DOCUMENTOS DA BASE BIBLIOGRÁFICA FORAM REINDEXADOS
2.	Contrato	Nome (Órgão)	- PENDENTE: DEMANDARÁ MAIS ESTUDOS
3.	Devedor	Nome (Órgão)	- ESTRUTURAÇÃO DEFINIDA
4.	Impeachment	Nome (Órgão)	- ESTRUTURAÇÃO DEFINIDA
5.	Poupança	Nome (Órgão)	PENDENTE: DEMANDARÁ MAIS ESTUDOS
6.	Poupança e investimento	Nome (Órgão)	- PENDENTE: DEMANDARÁ MAIS ESTUDOS
7.	Operação financeira	Nome (Órgão)	- PENDENTE: DEMANDARÁ MAIS ESTUDOS
8.	Terreno	Nome (Órgão)	- ESTRUTURAÇÃO DEFINIDA
9.	Terreno baldio	Nome (Órgão)	- ESTRUTURAÇÃO DEFINIDA
10.	Terreno desmembrado	Nome (Órgão)	- ESTRUTURAÇÃO DEFINIDA
TOTAL		---	10

ANEXO C – Ficha terminológica preenchida

	Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI Tesouro RVBI FICHA TERMINOLÓGICA SIMPLIFICADA
---	---

Termo: TERRENO DESMEMBRADO <input type="checkbox"/> NOVO <input checked="" type="checkbox"/> EXISTENTE Resultado: <input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> NÃO APROVADO <input checked="" type="checkbox"/> ALTERADO

Estudado por: Camila (SEN) Apresentado em: 22/09/2010
--

1 FONTES PESQUISADAS

1.1 BASES DE DADOS E FONTES ELETRÔNICAS

1.1.1 Ocorrências do termo na base de dados da RVBI:

“Terreno desmembrado”: 01 (título) / 11 (assunto)/ 11 (todos os campos)
 “Terreno de marinha”: 04 (título) / 90 (assunto)/ 90 (todos os campos)
 “Terreno reservado”: 01 (título) / 08 (assunto)/ 08 (todos os campos)

1.1.2 Fontes eletrônicas:

Google:

“Terreno desmembrado”: 1.760 (português)/ 1.420 (Brasil)
 “Terreno de marinha”: 20.400 (português) / 14.300 (Brasil)
 “Terreno reservado”: 5.120 (português)/ 2.850 (Brasil)

2 TESAUROS / VOCABULÁRIOS CONTROLADOS

2.1 VCB

SIM X NÃO

2.2 OUTROS TESAUROS

2.2.1 Pesquisa negativa:

“terreno desmembrado”: THES, Eurovoc, STJ, STF, BN, USP
 “terreno reservado”: THES, Eurovoc, BN, USP

2.2.2 Pesquisa positiva (estruturas no Anexo)

Termo	Tesouro/fonte
Terreno de marinha	STJ, STF
Terrenos de marinha	BN
Terreno marinha	USP
Terreno reservado	STJ, STF



Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI
Tesouro RVBI
 FICHA TERMINOLÓGICA SIMPLIFICADA

3 DEFINIÇÕES ETC.

I. Terreno

- Dicionário Aurélio

S. m. : Terra ; porção de terra cultivável; campo; ramo de atividade; setor

II. Terreno baldio

- Dicionário jurídico / Maria Helena Diniz

1. Aquele abandonado, inaproveitado ou inculto. 2. Terreno desocupado, não cercado, onde há matagal e lixo lançado pela vizinhança. 3. Aquele que pode servir de compáscuo.

III. Terreno desmembrado

- Dicionário Aurélio

Desmembrado

Adj. : Que se desmembrou; separado, desapegado.

Fig. : Desfalecido, derreado.

- Lei 6.766/79

Art. 2º - Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

- Obs: glebas - Terreno próprio para cultura; leiva, torrão. Terreno que contém mineral. (Aurélio)

4 ANÁLISE / JUSTIFICATIVA

“Terreno desmembrado” é um termo pouco utilizado. Na legislação de parcelamento do solo é muito citado o termo “Desmembramento” que também existe no VCB. Não foi encontrado terreno desmembrado em nenhum vocabulário/dicionário jurídico.

Desmembramento: **27 (título)**/ 2 (assunto)/ 62 (todos os campos)

“Terreno desmembrado”: **01 (título)**/ 11 (assunto)/ 11 (todos os campos)

Sugestão: substituir o termo “terreno desmembrado” por “desmembramento”.

Título dos registros que possuem o descritor “terreno desmembrado” no assunto:

Título: Parcelamento do solo urbano (loteamento e **desmembramento**) : como gerenciar o empreendimento em todas as suas fases

Título: Land assembly districts

Título: Considerações sobre o Projeto de lei 20/07 : “Lei da responsabilidade territorial urbana”

Título: Caducidade de **desmembramento** de gleba por falta de registro

Título: Parcelamento do solo urbano : loteamento e **desmembramento**

Título: Propinas em Brasília.

Título: Os Sem Piscina

Título: Direito agrário e colonização.

Título: Parecer sobre rua de vila e **terreno desmembrado** a que se atribuirá servidão

Título: Desdobramento da enfiteuse tendo por objeto a transferência de partes ideais do terreno já aforado

	Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI Tesouro RVBI FICHA TERMINOLÓGICA SIMPLIFICADA
---	---

Título: O Problema das sobras de terreno nas desapropriações e o fenómeno jurídico da acessão

Pesquisa no Google:

"Terreno desmembrado": 1.760 (português)/ 1.420 (Brasil)

"Desmembramento de terreno": 11.600 (português)/ 5.960 (Brasil)

5 ESTRUTURAÇÃO DO TERMO

EXCLUSÃO do termo: "Terreno desmembrado"

COMO ESTÁ NO VCB	REESTRUTURAÇÃO
Desmembramento NÃO USE TG Parcelamento do solo TE TR Loteamento CDD 342.1235 DEF. Tipo de parcelamento do solo, baseado na subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação [...](Lei 6.766/1979).	Desmembramento NÃO USE Terreno desmembrado TG Parcelamento do solo TE TR Loteamento Terreno * CDD 342.1235 DEF. Subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, [...] (Lei 6.766/1979).

6 ALTERAÇÕES DE TERMOS EXISTENTES NO VCB

COMO ESTÁ NO VCB	REESTRUTURAÇÃO
Terreno de marinha NÃO USE TG Bens públicos TE TR CDD 341.3425 DEF.	Terreno de marinha NÃO USE TG Bens públicos * Terreno * TE TR Defesa nacional * Terreno reservado * CDD 341.3425 DEF. São terrenos que, banhados pelo mar, ou pelas lagoas e rios, [...] (De Plácido e Silva. Vocabulário jurídico.)
Terreno reservado NÃO USE TG TE TR CDD 341.342 DEF. Aquele destinado a uso especial, para fins de defesa ou necessidade pública.	Terreno reservado NÃO USE TG Terreno* TE TR Defesa nacional* Terreno de marinha * CDD 341.342 DEF. Aquele destinado a uso especial, para fins de defesa ou necessidade pública. [...]

	Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI Tesouro RVBI FICHA TERMINOLÓGICA SIMPLIFICADA
---	---

	(De Plácido e Silva. Dicionário jurídico).
--	--

7 ANEXOS (estruturas encontradas em outros tesouros)

❖ BN

Terrenos de marinha →
(sub. geogr.)

- ⊗ UP Marine lands -
- ⊗ UP Marinha, Terrenos de -

❖ USP

→	CH761 - DIREITO
→	CH761.5 - DIREITO CIVIL
→	CH761.5.8 - DIREITOS REAIS
→	CH761.5.8.5 - DIREITO DE SUPERFÍCIE
→	CH761.5.8.5.2 - TERRENO MARINHA <==

❖ STF

TERRENO DE MARINHA TG BEM DA UNIÃO BEM DOMINICAL TERRENO TR FORÇAS ARMADAS	TERRENO RESERVADO TG TERRENO TR DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL DA UNIÃO
---	--

❖ STJ

TERRENO DE MARINHA TG1 BEM DOMINIAL TG2 BEM PÚBLICO TG3 BEM TG1 TERRENO TR ENFITEUSE TR TERRENO ALODIAL	TERRENO RESERVADO TG1 TERRENO TR DIREITO DE PROPRIEDADE FAIXA DE QUINZE METROS MARGEM NATURAL
--	---

ANEXO D - Bibliografia de tesouros

SENADO FEDERAL
BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO
SERVIÇO DE GERÊNCIA DA REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS –
CONGRESSO NACIONAL - RVBI



BIBLIOGRAFIA:
Tesouros, Vocabulários, Glossários,
Dicionários:
FONTES PARA OS ESTUDOS DE TERMINOLOGIA DO
VOCABULÁRIO CONTROLADO BÁSICO (VCB)

Brasília
2006
Atualização: 2010

SUMÁRIO

1 Tesouros	2
2 Vocabulários / glossários / dicionários.....	8

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

1 Tesouros

	ÁREA / ASSUNTO	Abreviatura / sigla ¹	REFERÊNCIA
1.	Agricultura	Thesagro	THESAGRO: thesaurus agrícola nacional. Brasília: MA, Cenagri, 1999. 242 p.
2.	Agricultura	Agrovoc	Disponível no site http://www.agricultura.gov.br/ TESAURO Agrovoc. Disponível em: < http://www.fao.org/aims/ag_intro.htm >. Acesso em: 21 maio 2010.
3.	Agricultura urbana		TESAURO de agricultura urbana. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo del Canadá; Repidisca. Disponível em: < http://www.cepis.ops-oms.org/eswww/proyecto/repidisc/publica/tesauro/agri/tesauro.html >. Acesso em: 19 nov. 2008. <i>[Tesauro de Agricultura Urbana ha sido elaborado por la licenciada Marta Miyashiro, Editora y documentalista del CEPIS, quien se basó en el Tesauro de Ingeniería Sanitaria y Ciencias del Ambiente].</i>
4.	Alfabetização de adultos		CANADIAN literacy thesaurus = Thésaurus canadien D'alphabétisation. Sudbury, Ontario: anadian Literacy Thesaurus Coalition. Disponível em: < http://thesaurusalph.org >. Acesso em: 19 nov. 2008.
5.	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Telacibin	NAUMIS PEÑA, Catalina; DUARTE BARRIONUEVO... et. al. Tesauro latinoamericano de ciencia bibliotecológica y de la información : [TELACIBIN]. [S.l.]: CUIB, 1999.
6.	Biblioteconomia e Documentação	TBD	MOCHÓN BEZARES, Gonzalo; SORLI ROJO, Angela. Tesauro de biblioteconomia y documentación . Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Centro de Información y Documentación Científica, 2002. 171 p. [SEN R 025.4902 M737 TBD]
7.	Ciência da informação		TESAURO em ciência da informação. Elaborado por Manoel Palhares Moreira. PUC Minas: Instituto de Informática. Disponível em: < http://www.inf.pucminas.br/ci/tci/ >. Acesso em: 19 nov. 2008. <i>"Elaborado como parte do trabalho de doutorado de Manoel Palhares Moreira, sob orientação da Prof^a. Doutora Maria Aparecida Moura na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais".</i>
8.	Ciência da informação	ASIST	ASIST Thesaurus. American Society for Information Science and Technology. Disponível em: < http://www3.interscience.wiley.com/asist/thesaurusSearch >. Acesso em: 19 nov. 2008.

¹ Sigla para ser usada nos estudos de descritores (nas fichas terminológicas).

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

- | | | | |
|-----|------------------------|----------------|---|
| 9. | Ciência política | | BECK, Carl; MCKECHNIE, Thomas; PETERS, Paul Evan. Political science thesaurus . 2. ed. rev. and expanded. Pittsburgh: University Center for International Studies, 1979. 675 p. [SEN R 025.4932 B393 PST] |
| 10. | Ciências Sociais | Unesco | UNESCO. UNESBIB 2003 - UNESCO Thesaurus : UNESCO Databases. 11. ed. [S.l.]: UNESCO, 2003. 1 CD-ROM. Disponível em: < http://databases.unesco.org/thesaurus/ >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 11. | Comércio internacional | GATT | CENTRO DE COMERCIO INTERNACIONAL Unctad Gatt. Tesouro de terminos de comercio internacional . Ginebra : Centro de Comercio Internacional Unctad Gatt, 1982. 158 p. [SEN R 025.49382 C397 TTC] |
| 12. | Comunicação de massa | | THESAURUS mass communication* = communication de masse. By Jean Viet. Paris : Unesco, 1982. 356 p. [SEN R 025.4930116 T4131 TMC] |
| 13. | Cultura | VIET | VIET, Jean. Thesaurus internacional do desenvolvimento cultural : international thesaurus of cultural development. Coord. Trad. de Regina Helena Tavares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa ; Paris : Unesco, 1983. 504 p. [SEN R 025.493012 V666PT TID] |
| 14. | Direito | Cindoc Derecho | TESAURO de Derecho. Madrid: Centro de Información y Documentación Científica (CINDOC); Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 1998. Disponível em: < http://thes.cindoc.csic.es/index_DEREC_esp.html >. Acesso em: 21 maio 2010. SEM ACESSO: "Tesouro en proceso de elaboración. Disculpen las molestias". |
| 15. | Direito | CJF | TESAURO jurídico da Justiça Federal. Brasília: Conselho da Justiça Federal. Disponível em: < http://www.cjf.jus.br/biblioteca/ >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 16. | Direito | GLIN | GLIN Thesaurus. Washington : Library of Congress, Global Legal International Network. Disponível em: < http://www.loc.gov/lexico/servlet/lexico?usr=pub&op=sessioncheck&db=GLIN >. Acesso em: 19 nov. 2008. |
| 17. | Direito | Jurivox | LLOSA, Enrique Torres; e, MORALES, Violeta Angulo. Macrotesauro de derecho Jurivox : primera parte. Buenos Aires: Alfagrama, 1999. |
| 18. | Direito | LIV | LEGISLATIVE indexing vocabulary (LIV). Washington : Library of Congress. Disponível em: < http://www.loc.gov/lexico/servlet/lexico?usr=pub&op=frames&db=LIV >. Acesso em: 19 nov. 2008. |
| 19. | Direito | STF | VOCABULÁRIO jurídico: tesouro. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 200-. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarVocabularioJuridico.asp >. Acesso em: 9 jun. 2010. |
| 20. | Direito | STJ | VOCABULÁRIO jurídico controlado: tesouro. Brasília: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Secretaria de Jurisprudência. Disponível em: < http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus/ >. Acesso em: 9 jun. 2010. |

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

- | | | | |
|-----|------------------------|----------------|--|
| 21. | Direito | TCU | BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Tesouro do Tribunal de Contas da União . Brasília, 1992. 499 p. |
| 22. | Direito | THES | THES: thesaurus do Senado Federal. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Informações, Serviço de Pesquisa Jurídica, Setor de Manutenção do Thesaurus. Disponível em: < http://webthes.senado.gov.br/thes/ >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 23. | Direito constitucional | Macrothesaurus | MACROTHESAURUS brasileiro de direito constitucional. Brasília :Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. 189 p. [SEN R 025.493412 M174 MBD] |
| 24. | Direito do trabalho | ILO | ILO Thesaurus = Thesaurus BIT. 5. ed. Geneve: International Labour Organization, 1998. 791 p. Disponível em: < http://www.ilo.org/public/libdoc/ILO-Thesaurus/spanish/index.htm >. Acesso em: 21 maio 2010. [SEN R 025.49331 I39 ITL 5. ed.]
<i>Obs.: A versão online está atualizada até 09/05/2007.</i> |
| 25. | Direito do trabalho | ILOTERM | ILOTERM. Geneve: International Labour Organization. Disponível em: < http://www.ilo.org/iloterm/ns?a=T_P1_start&u=&login=USER&password=isiterm&direct=YES#expanded >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 26. | Direito do trabalho | TEJUT | FERREIRA, Regina de Marco. Tejut : thesaurus em direito do trabalho. 3. ed. [Porto Alegre] : Tribunal Regional do Trabalho da 4. Região, 2005. 2982 p. Disponível em: < http://eprints.rclis.org/6262/1/TeJuT.pdf >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 27. | Direito eleitoral | TSE | THESAURUS. 6. ed. rev. ampl. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, SDI, 2006. 260 p. Disponível em: < http://www.tse.jus.br/servicos_online/catalogo_publicacoes/pdf/thesaurus/thesaurus2.pdf >. Acesso em: 4 jun. 2010. |
| 28. | Economia | Isoc Economia | EDO HERNÁNDEZ, Valentín; VILLAGRÁ RUBIO, Angel. Tesouro Isoc de economia . Madrid: Centro de Información y Documentación Científica (CINDOC). Disponível em: < http://thes.cindoc.csic.es/index_ECON_esp.html >. Acesso em: 9 dez. 2008. |
| 29. | Economia | World Bank | WORLD Bank thesaurus. Disponível em: < http://www.multites.com/wb/ >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 30. | Educação | GIE | UNESCO – GIE: thesaurus de educação. Paris: Unesco, 1986. 390 p. [SEN R 025.4937 U56P UGT] |
| 31. | Educação | Inep | THESAURUS brasileiro de educação: Brased. Brasília : INEP. Disponível em: < http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus >. Acesso em: 21 maio 2010. |
| 32. | Engenharia hidráulica | | TESAURO de ingeniería hidráulica. Sistema Español de Información sobre el Agua (Hispagua); Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas. Disponível em: < http://hispagua.cedex.es/documentacion/tesauro/Tes_hidro/tesauro.php?localizacion=Tesaurus%20Ingenier%EDa%20Civil >. |

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

Acesso em: 8 dez. 2008.

33. Engenharia sanitária
Meio ambiente
TESAURO de ingeniería sanitaria y ambiental. 16. ed. Lima: Centro Panamericano de Ingeniería Sanitaria y Ciencias del Ambiente, 2003. 208 p. Disponível em: <<http://www.cepis.ops-oms.org/bvsair/e/manuales/tesa/teses.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2008.
34. Esportes
Heracles
HERACLES Thesaurus. Paris: SportDOC, Information Médiathèque de l'INSEP. Disponível em: <<http://www.sportdoc.unicaen.fr/heracles/>>. Acesso em: 26 fev. 2007.
[Tesouro de Esporte, utilizado para indexação da base de dados bibliográfica HERACLES, dedicada a esportes e educação física]
35. Gênero
Tesouro Gênero
BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas ; Ed. 34, 1998. 302 p. [SEN R 025.49301412 B912 TEG / SEGER]
36. Geografia
Isoc Topônimos
MALDONADO MARTÍNEZ, Ángeles; RODRÍGUEZ YUNTA, Luis. **Tesouro Isoc de topônimos**. 4. ed. Madrid: ISOC, 2004. Disponível em: <http://thes.cindoc.csic.es/index_TOPO_esp.html>. Acesso em: 9 dez. 2008.
37. Índice de tesouros
Cindoc - Índice
CENTRO DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN CIENTÍFICA (CINDOC). **Tesouros y glosarios IEDCYT en línea**. Disponível em: <http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html>. Acesso em: 9 dez. 2008.
[OBS.: Inclui acessos a tesouros de várias áreas, alguns citados nesta bibliografia: biblioteconomia e documentação, biologia animal, geologia, acuicultura, drogas, alimentos, máquinas e ferramentas, propriedade industrial, topônimos, economia, urbanismo, direito, história contemporânea da Espanha, ciência e tecnologia (Spines)].
38. Informática
Rede de computador
TESAURO de Redes de Ordenadores. Disponível em: <<http://www.um.es/qtiweb/fjmm/tesauro/index.html>>. Acesso em: 9 dez. 2008.
[Vocabulário controlado para a descrição de documentos relacionados com arquitetura e desenho de redes, comunicação de dados, protocolos de comunicação e sistemas distribuídos]
39. Língua, Lingüística e Literatura
PENÉ, Mónica. **Tesouros de generos de ficcion**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata y Cs. de la Educ. Univ. Nac. de La Plata, 2003.
40. Língua, Lingüística e Literatura
TELL
ROGGAU, Zunilda. **TELL: tesouro de lengua y literatura**. Santa Fé: Subsecretaria De Cultura De La Provincia De Santa Fe, 1984.
41. Meio ambiente
CENTRO LATINOAMERICANO DE DOCUMENTAÇÃO ECONOMICA E SOCIAL (Clades). **Tesouro del medio ambiente para America Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Clades, 1981. 159 p. [SEN R 025.4930131 C397 TMA]
42. Meio ambiente
GEMET
GENERAL Multilingual Environmental Thesaurus (GEMET). European Environment Information and Observation Network (EIONET). Disponível em: <<http://www.eionet.eu.int/GEMET>>.

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

- Acesso em: 21 maio 2010.
43. Multidisciplinar Eurovoc EUROVOC Thesaurus. Versão 4.2. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 200-. Disponível em: < <http://europa.eu/eurovoc/>>. Acesso em: 21 maio 2010.
44. Multidisciplinar LCSH LIBRARY of Congress subject headings. Washington: Library of Congress Authorities. Disponível em: <<http://authorities.loc.gov/>>. Acesso em: 21 maio 2010.
45. Multidisciplinar NASA NASA Thesaurus. NASA Center for AeroSpace Information (CASI), 2007. Disponível em: <<http://www.sti.nasa.gov/98Thesaurus/vol1.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2010.
- [The scope of this controlled vocabulary includes **not only** aerospace engineering, but all supporting areas of engineering and physics, the natural space sciences (astronomy, astrophysics, and planetary science), Earth science, and to some extent, the biological sciences]*
<http://www.sti.nasa.gov/98Thesaurus/vol1.pdf>
46. Multidisciplinar OECD OECD macrothesaurus. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/oecd-macroth/>>. Acesso em: 9 dez. 2008.
47. Multidisciplinar RAMEAU RAMEAU = Répertoire d'autorité-matière encyclopédique et alphabétique unifié. Paris : Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <<http://noticesrameau.bnf.fr/>>. Acesso em: 9 dez. 2008.
48. Multidisciplinar Spines INSTITUTO DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACION EN CIENCIA Y TECNOLOGIA (ICYT); UNESCO. **Tesouro Spines**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata y Cs. de la Educ. Univ. Nac. de La Plata, 2003. Disponível em: <http://thes.cindoc.csic.es/index_SPIN_esp.html>. Acesso em: 9 dez. 2008.
49. Multidisciplinar UNBIS UNBIS Thesaurus. United Nations Bibliographic Information Systems. Disponível em: <[http://unhq-appspub-01.un.org/LIB/DHLUNBISThesaurus.nsf/\\$\\$searche?OpenForm](http://unhq-appspub-01.un.org/LIB/DHLUNBISThesaurus.nsf/$$searche?OpenForm)>. Acesso em: 9 dez. 2008.
50. População POPIN TESAURO de Popin: tesouro multilingüe sobre población. 3. ed. Paris: Population Information Network (Popin), 1993. Disponível em: <<http://www.cicred.org/Eng/Publications/Books/thesaurusS/thesaurusS.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2008.
- Edição anterior impressa:
 VIET, Jean. **Thesaurus Popin**: thesaurus multilingüe de população. Trad. Adap. de Leticia B. Costa. São Paulo: Seade, 1986. 246 p. (SEN R 025.4930132 Y666PC TMP)
51. Propriedade industrial GUERRERO, Alfredo del Rey et alii. **Tesouro propiedad industrial**. Madrid: Centro de Información y Documentación Científica. Disponível em: <http://thes.cindoc.csic.es/index_PROIND_esp.html>. Acesso em: 9 dez. 2008.

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

- | | | | |
|-----|---------------|---------------------|---|
| 52. | Refugiados | ITRT | THE INTERNATIONAL Thesaurus of Refugee Terminology (ITRT). ACNUR. Online Thesaurus launched December 2003. Disponível em: < http://refugeethesaurus.org/content.php/home?expand=2 >. Acesso em: 9 dez. 2008. |
| 53. | Saúde | DeCS | DeCS: descritores em ciências da saúde. São Paulo: Bireme. Disponível em: < http://decs.bvs.br >. Acesso em: 21 maio 2010.
<i>[Desenvolvido a partir do MeSH - Medical Subject Headings da U.S. National Library of Medicine. Além dos termos médicos originais do MeSH foram desenvolvidas as áreas específicas de Saúde Pública, Homeopatia, Ciência e Saúde e Vigilância Sanitária].</i> |
| 54. | Saúde | MeSH | MEDICAL subject heading: MeSH. Bethesda (MD): U. S. National Library of Medicine. Disponível em: < http://www.nlm.nih.gov/mesh/MBrowser.html >. Acesso em: 9 dez. 2008. |
| 55. | Saúde | MS | TESAURO do Ministério da Saúde. Versão preliminar. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tesauro_ms.pdf >. Acesso em: 9 dez. 2008. |
| 56. | Saúde pública | PHL | PUBLIC Health Language (PHL). Disponível em: < http://www.nphl.nhs.uk/default.aspx >. Acesso em: 9 dez. 2008. |
| 57. | Transportes | | MACROTESAURO de transporte. Brasília: Ministério dos Transportes, 1984. 2 v. [SEN R 025.493805 M174 MT] |
| 58. | Urbanismo | Cindoc
Urbanismo | TESAURO de urbanismo. Madrid: Centro de Información y Documentación Científica. Disponível em: < http://thes.cindoc.csic.es/index_URBA_esp.html >. Acesso em: 9 dez. 2008. |

2 Vocabulários / glossários / dicionários

ÍNDICE de Dicionários e glossários online em várias áreas do conhecimento

DICIONÁRIOS-online.com. Disponível em: <<http://www.dicionarios-online.com/>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

- *Dicionários gerais, enciclopédias, glossários, etc.; Agricultura, pecuária e alimentação; Arte e arquitetura; Ciências naturais e meio ambiente; Ciências sociais, história, filosofia, religião, sociologia etc.; dicionários de construção, engenharia, mecânica, técnicos; direito, política e legislação; Economia, comércio, e finanças; Eletrônica, informática, telecomunicações e transporte; Geografia, cartografia e estatística; Indústria, energia, mineração; Matemática e metrologia; Medicina e saúde; Outros sites de dicionários em português, espanhol, francês, inglês e italiano; Imprensa, notícias e informação meteorológica.*

	ÁREA / ASSUNTO	REFERÊNCIA
1.	Administração de empresas	DICIONÁRIO enciclopédico de administração / Cary L. Cooper, Chris Argyris, (organizadores); tradução: Antonio Zoratto Sanvicente ... [et al.]; coordenação de tradução: Celso Augusto Rimoli, Lenita Maria Rimoli Esteves. -- São Paulo: Atlas, 2003. 1456 p.
2.	Clima	PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). <i>Climate change : a glossary by the Intergovernmental Panel on Climate Change (1995)</i> . 43 p. Disponível em: < http://www.ipcc.ch/pdf/glossary/ipcc-glossary.pdf >. Acesso em: 9 dez. 2008.
3.	Contabilidade	GLOSSÁRIO de termos contábeis. Curitiba: Portal de Contabilidade. Disponível em: < http://www.portaldecontabilidade.com.br/glossario.htm >. Acesso em: 19 nov. 2008.
4.	Direito ambiental	KRIEGER, Maria da Graça et alii. Dicionário de direito ambiental: terminologia das leis do meio ambiente . 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 526 p. (Lexikon obras de referência)
5.	Direito do trabalho	SOUZA, Cristiane Ferreira de. Vocabulário controlado em direito do trabalho: o caso da base de dados . Rio de Janeiro, 2004. 108 p. Disponível em: < http://www.infolegis.com.br/Souza-vocabulario-controlado-direitotrabalho.pdf >. Acesso em: 07 out. 2009. [Trabalho de conclusão (Curso de Pós-Graduação em Organização do Conhecimento para a Recuperação da Informação, Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos da UFRJ)].
6.	Direito tributário	GLOSSÁRIO de termos tributários. Curitiba: Portal Tributário Editora. Disponível em: < http://www.portaltributario.com.br/glossario.htm >. Acesso em: 19 nov. 2008.
7.	Direitos humanos (direito internacional)	CONDÉ, H. Victor. A handbook of international human rights terminology . Lincoln: University of Nebraska Press, 1999. 200 p. (Human rights in international perspective; v. 4). [SEN 341.1219103 C745 HIH]

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

8. Doenças GLOSSÁRIO de doenças. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=6>>. Acesso em 9 dez. 2008.
59. Drogas GLOSARIO de drogas. Madrid: Centro de Información y Documentación Científica (CINDOC). Disponível em: <http://thes.cindoc.csic.es/index_GLODRO_esp.html>. Acesso em: 8 dez. 2008.
9. Economia GLOSSÁRIO Economia e Finanças. Porto ((Portugal): Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI. Disponível em: <<http://www.iapmei.pt/iapmei-gls-02.php?qlsid=4&letra=A>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
10. Economia IMF terminology: a multilingual directory. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/term/index.asp>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
11. Economia TESOURO Nacional: glossário. Brasília: Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em: 19 nov. 2008.
12. Economia, comércio, desenvolvimento TERMINOLOGIA general de economia, comercio y desarrollo: glosario inglés-español : con indice espanol = Economics, trade & development : english-spanish general terminology : with a spanish index. Nueva York ; Ginebra: Naciones Unidas, 1995. 488 p. [SEN R 330 E19 ECT]
13. Educação a distância ROMISZOWSKI, Alexander; ROMISZOWSKI, Hermelina. **Dicionário de terminologia de educação a distância**. Rio de Janeiro, 1998. 164 p. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/rbaad/dicionario.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
14. Meio ambiente FIDALGO, Sueli Salles; CAVENAGHI-LESSA, Angela. **Vocabulário para meio ambiente e recuperação ambiental**: português – inglês. São Paulo: SBS, 2007. 125 p. (Série mil e um termos)
15. Meio ambiente GLOSSÁRIO. Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Disponível em: <<http://www.forumclima.org.br/default.asp?ar=13>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
16. Meio ambiente LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de et alii. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 251 p.
17. Meio ambiente WYMAN, Bruce; STEVENSON, L. Harold. **The facts on file dictionary of environmental science**. New ed. New York: Facts on File, 2001. 458 p. (Facts on file science library)
18. Meio ambiente VOCABULÁRIO básico de recursos naturais e meio ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 1 CD-ROM. [SEN O R 363.7003 V872 VBR]
19. Meteorologia GLOSSÁRIO meteorológico. Disponível em: <<http://br.weather.com/glossary/>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
20. Metrologia VOCABULÁRIO internacional de termos de metrologia legal. 4. ed. Rio de Janeiro : Inmetro, 2005. 20 p. [SEN RF 389.03 V872 VIL 4.ed.]

Bibliografia: tesouros, vocabulários, glossários

21. Metrologia VOCABULÁRIO internacional de termos fundamentais e gerais de metrologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Inmetro, 2005. 69 p. [SEN R 389.03 V872 VIT 4.ed.]
22. Poder legislativo GLOSSÁRIO de termos legislativos. Brasília: Interlegis. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/20040503172831/>. Acesso em: 19 nov. 2008.
- "[...] extraído do Manual de Redação elaborado pela Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados."
23. Poder legislativo / Orçamento GLOSSÁRIO de termos legislativos e orçamentários. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario/a.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
24. Saúde GLOSSÁRIO de terminologia: iniciativa "A saúde pública nas Américas". abr. 2001. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/servico/arquivos/Sala1860.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2008.
25. Seguro DICIONÁRIO de seguros. IRB . Disponível em: <<http://www.irb-brasilre.com.br/cgi/dicionario/index.cfm>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
26. Seguro GLOSSÁRIO de seguro. Disponível em: <http://www.vivatranquilo.com.br/seguro/glossario_seguro/mat_a.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008.
27. Seguro Saúde GLOSSÁRIO de seguro saúde. Disponível em: <http://www.vivatranquilo.com.br/seguro/glossario_saude/mat1.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008.
28. Telecomunicações GLOSSÁRIO de termos técnicos de telecomunicações. -- 2. emissão. Brasília: Telebrás, 1990. 488 p. [SEN R 621.3803 G563 GLO -- SEGER]
29. União Européia EUROPA Glossário. Comissão Européia. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008.
- OBS.: 220 termos relativos à construção europeia e às instituições e actividades da União Europeia.*